



Empresa de Água e Saneamento  
de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

Relatório e Contas

2015

*[Handwritten signature in blue ink]*

Handwritten scribbles and marks in the top left corner, including a small arrow pointing upwards and to the right.

A large, stylized handwritten mark or signature, possibly resembling a large letter 'A' or a similar symbol.

## Índice

---

Índice .....	1
Mensagem do Presidente.....	3
Principais Indicadores .....	7
Introdução .....	9
Estrutura Organizacional.....	10
Órgãos Sociais.....	10
Estrutura orgânica .....	12
Estratégia Empresarial .....	13
A Empresa .....	13
Enquadramento Setorial.....	15
Missão, Visão e Valores .....	17
Política da Qualidade, Ambiente e Segurança.....	18
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética .....	19
Comunicação e Educação .....	20
Áreas de Atividade .....	23
Gestão de Clientes.....	30
Investimento.....	37
Recursos Humanos .....	40
Desempenho Económico e Financeiro.....	47
Perspetivas Futuras .....	56
Proposta de Aplicação de Resultados .....	58
Considerações Finais .....	59
Demonstrações financeiras .....	60
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 .....	61
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS .....	62
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015....	63
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015....	64
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....	65
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....	66
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.....	67



Handwritten signatures in blue and black ink, located in the top left corner of the page. There are three blue signatures stacked vertically on the left, and a larger black signature to their right.



## Mensagem do Presidente

---

A Vimágua apresenta uma trajetória de consolidação que se consubstancia no **resultado operacional** apurado em 2015 de **2.359.301Euros** e o **resultado líquido do exercício** de **1.123.383Euros**.

Estes números são demonstrativos da autonomia e do equilíbrio económico e financeiro alcançado pela Vimágua.

De 2002 a 2015 a Vimágua investiu mais de 76 milhões de euros, na criação de infraestruturas, para servir a população com sistemas públicos de água e sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas.

Conseguimos, hoje, estar acima da média nacional, no que respeita à percentagem de população servida por redes de água e saneamento, sendo que 97,6% da população dos concelhos de Guimarães e Vizela é já servida pelo sistema público de abastecimento de água e 90,3% pelo de saneamento de águas residuais, ao passo que a média nacional se fixa em 95% na água e 81% no saneamento<sup>1</sup>.

Em linha com o investimento realizado, vimos pugnando pela qualidade dos serviços, queremos que a população tenha acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade e adequado às suas necessidades, com custos socialmente aceitáveis.

Assim, a otimização da gestão operacional, a eliminação de custos de ineficiência, a recuperação integral dos gastos dos serviços e a abordagem integrada na prevenção e controlo da poluição, salvaguardando e valorizando o nosso património natural, são áreas fulcrais na gestão, que estão continuamente em processos de melhoria, à semelhança do que sucede com a aplicação do método de *Kaizen*, onde todas as pessoas são parte e desempenham um papel importante na implementação, na monitorização e na mudança.

A realidade das organizações é, hoje em dia, muito exigente e complexa. É necessário que haja uma grande capacidade de adaptação às sucessivas alterações, quer sociais quer económicas quer ambientais, e o sucesso está dependente das pessoas, é nas pessoas e nas suas qualificações que devemos apostar.

---

<sup>1</sup> PENSAAR 2020 – Uma Estratégia ao Serviço da População: Serviços de Qualidade a um Preço Sustentável – abril de 2015

Os objetivos estratégicos para o setor, apontados pelo PENSAAR 2020 Uma Estratégia ao Serviço da População: Serviços de Qualidade a um Preço Sustentável são:

1. Universalidade, continuidade e Qualidade do Serviço
2. Sustentabilidade do Setor
3. Proteção dos Valores Ambientais

A Vimágua vem trabalhando desde sempre cada um destes vetores. Prima por uma lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade, privilegiando a disponibilização do serviço, em detrimento da rentabilidade imediata dos investimentos.

A água que capta, trata e distribui, provém de sistemas devidamente licenciados, sendo uma água controlada, segura e de boa qualidade, com mais de 99% de cumprimento dos parâmetros, no âmbito da execução do Plano de Controlo da Qualidade da água (PCQA).

Os progressos ao nível do tratamento de águas residuais urbanas implementados nestes últimos 14 anos trouxeram uma melhoria dos recursos hídricos disponíveis, com impactes diretos na qualidade de vida das pessoas e na saúde pública.

Na fixação de tarifas está presente o valor social da água, que consagra o acesso universal à água para as necessidades humanas básicas, a custo socialmente aceitável e sem constituir fator de discriminação ou exclusão, sem descuidar o valor económico da água que se relaciona com o reconhecimento da escassez deste recurso e a necessidade de garantir a sua utilização economicamente eficiente, por intermédio da aplicação dos princípios do utilizador-pagador e do poluidor-pagador.

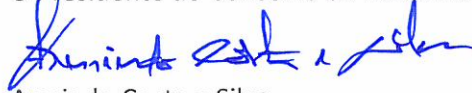
A Vimágua está muito bem classificada, em todos os indicadores económicos, sendo, a par de três outras empresas do setor, de entre o universo total de comparação, aquela que obteve um desempenho classificado como “bom”, em todos eles.

Temos, hoje, que assegurar a adesão e a correta utilização dos sistemas públicos que estão disponíveis, em cumprimento, aliás, do que a Lei impõe, desincentivando o recurso a fontes e soluções alternativas, um desiderato que se conquistará com a participação de todos, informando e esclarecendo a população sobre a importância da infraestruturação coletiva no domínio da água e saneamento básico, para a salvaguarda da saúde pública e do meio ambiente.

Pelo exposto, é fácil concluir que os desafios na área da atividade da Vimágua são múltiplos, a certeza, porém, é da nossa total determinação e comprometimento em alcançar os mais elevados níveis de eficácia e eficiência na prestação de um serviço público de interesse geral.

Importa, por último, realçar que resultado de uma gestão equilibrada, a Vimágua apurou no exercício de 2015, o valor de 2.418.627Euros, a título de contrapartida, a pagar aos Municípios de Guimarães e Vizela, nos termos do fixado no Contrato de Gestão Delegada.

O Presidente do Conselho de Administração



Armindo Costa e Silva



Handwritten signatures in blue and black ink, located in the upper left corner of the page. There are three blue signatures and one black signature.



A handwritten signature in black ink, located in the middle left area of the page.

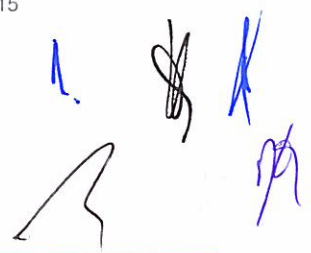
## Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2013	2014	2015
<b>BALANÇO</b>			
CAPITAL REALIZADO	500.000	500.000	500.000
CAPITAL PRÓPRIO	19.329.577	18.780.633	19.569.771
PASSIVO	38.936.462	39.908.120	37.789.019
ATIVO	58.266.039	58.688.753	57.358.790
CAPITAL PRÓPRIO / ATIVO, %	33,17%	32,00%	34,12%
INVESTIMENTO	3.639.552	847.878	1.805.607
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO, % <sup>1</sup>	2,10%	4,02%	5,74%
RENTABILIDADE DO ATIVO, % <sup>2</sup>	0,70%	1,29%	1,96%
<b>CONTA DE EXPLORAÇÃO</b>			
VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	15.726.854	16.341.807	16.869.634
PROVEITOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	15.728.422	16.342.447	16.869.634
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)	4.859.763	5.384.574	5.689.325
em % do Volume de Negócios	30,90%	32,95%	33,73%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT)	1.757.423	2.194.857	2.359.301
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	574.538	1.054.529	1.245.959
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	406.861	755.495	1.123.383
CASH-FLOW	3.509.201	3.945.212	4.453.407
<b>ATIVIDADE</b>			
VOLUME TOTAL DE ÁGUA VENDIDA	6.165.307	6.091.110	6.373.500
NÚMERO TOTAL DE CLIENTES	62.367	63.444	64.212
NÚMERO DE MUNICÍPIOS SERVIDOS	2	2	2
N.º TRABALHADORES	157	154	154
CLIENTES/TRABALHADORES	397	412	417

<sup>1</sup>Resultado líquido / Capital próprio<sup>2</sup>Resultado líquido / Activo total

X  
L  
A  
A





## Introdução

---

Em cumprimento do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2015 e a proposta de aplicação de resultados.

O presente Relatório e Contas é acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Relatório e Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º dos Estatutos.

Nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o presente Relatório e Contas será apresentado aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela.

## Estrutura Organizacional

---

### Órgãos Sociais

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos, são órgãos sociais da Vimágua a Assembleia geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A Assembleia geral é formada por um representante de cada acionista, competindo aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela designar os respetivos representantes.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da Vimágua, composto por três membros, um dos quais é o Presidente, que são nomeados pela Assembleia Geral, dois sob proposta do Município de Guimarães e um sob proposta do Município de Vizela. É este o órgão de gestão da Vimágua que, no âmbito do contrato de gestão da empresa, define as orientações estratégicas, os planos de atividade e de investimento, os objetivos e orçamentos anuais e plurianuais, controlando a respetiva execução.

Ao Fiscal Único compete a fiscalização das atividades desenvolvidas pela Vimágua, nomeadamente a revisão legal das contas.

O Conselho de Administração iniciou funções a 18 de outubro de 2013, composto pelos seguintes membros:

**Presidente:** Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;

**1.º Vogal:** Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar, Vereadora da Câmara Municipal de Vizela e designada sob proposta do Município de Vizela;

**2.º Vogal:** Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos, designado sob proposta do Município de Guimarães.

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência, acumulando as competências previstas para o cargo de Diretor geral nos regulamentos e documentos de organização e carreiras da Vimágua.

A **Mesa da Assembleia geral** tem, desde 18 de outubro de 2013, a seguinte composição:

**Presidente:** Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães;

**Vogal:** Dinis Manuel da Silva Costa, Presidente da Câmara Municipal de Vizela.



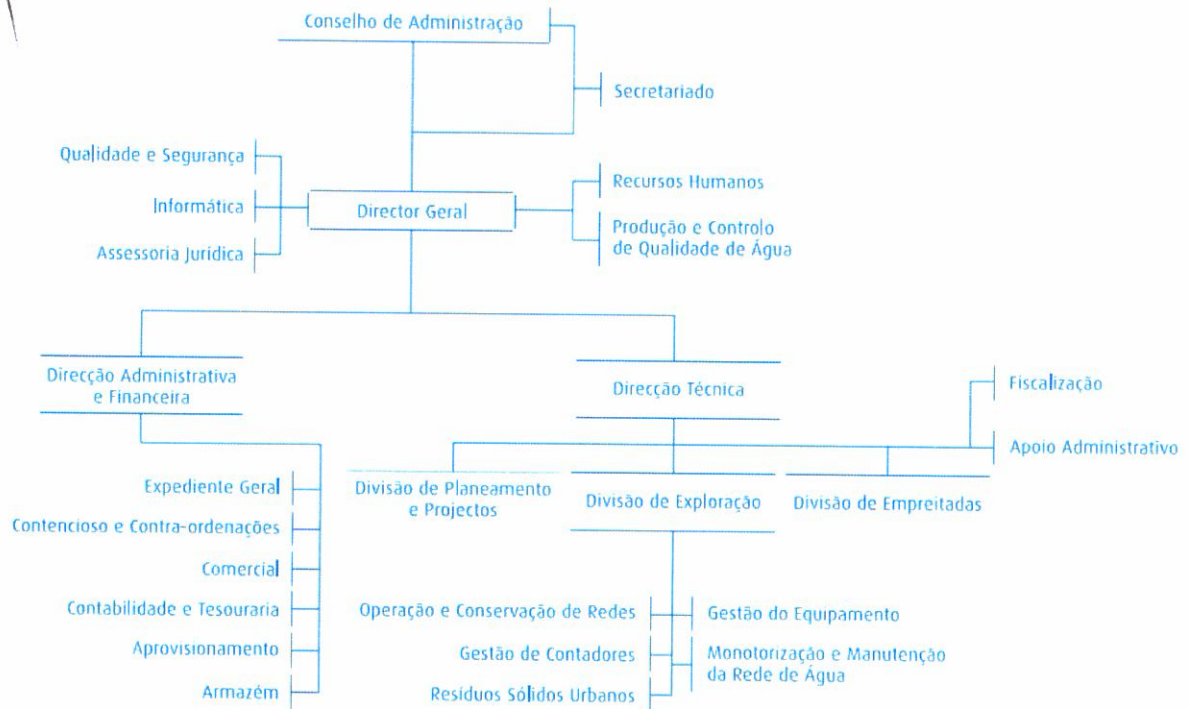
Em 2015 a Assembleia geral realizou as duas sessões ordinárias previstas nos Estatutos. Conforme determinado no artigo 16.º dos Estatutos da Vimágua, a 31 de março, em sessão ordinária, foi aprovado o Relatório e Contas de 2014, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa, e na sessão ordinária realizada a 21 de outubro foi aprovado o *Tarifário 2016*, o *Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2016* e o *Relatório e Contas do Primeiro Semestre de 2015*.

A Assembleia geral reuniu em sessão extraordinária, a 17 de dezembro de 2015, onde aprovou uma proposta de alteração estatutária com vista à delegação de competências dos Municípios de Guimarães e Vizela na Vimágua para a cobrança coerciva, por via do processo de execução fiscal, dos montantes de tarifas de resíduos devidos aos Municípios. Foi, ainda, aprovada nesta assembleia a revisão das condições do financiamento da Vimágua.

Nos termos dos Estatutos da empresa, alterados em 2013 para adequação às novas determinações legais introduzidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Fiscal Único para o novo mandato foi designado pelos órgãos deliberativos dos Municípios de Guimarães e Vizela, mantendo-se a fiscalização da empresa a cargo da sociedade Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, representada por António de Jesus Pereira.

## Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



## Estratégia Empresarial

---

### A Empresa

A Vimágua iniciou a sua atividade em 20 de Fevereiro de 2002, substituindo-se aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães, tendo sido criada, por iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela, com o intuito de usando dos instrumentos previstos na lei, refundar um serviço público, reorganizando estruturas, rentabilizando recursos, implementando novas filosofias de gestão, clarificando competências e responsabilidades, em suma otimizando-o e orientando-o de forma ainda mais exigente e constante para a satisfação das necessidades dos clientes.

Em 28 de dezembro de 2007, por escritura pública e de acordo com a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima, adotando a denominação *Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.*

**Identificação:** VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.

**Sede Social:** Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães

**Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505 993 082**

#### **Capital Social e Prestações Suplementares:**

Capital Social: 500.000 euros, dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

Prestações Suplementares: €12.240.000

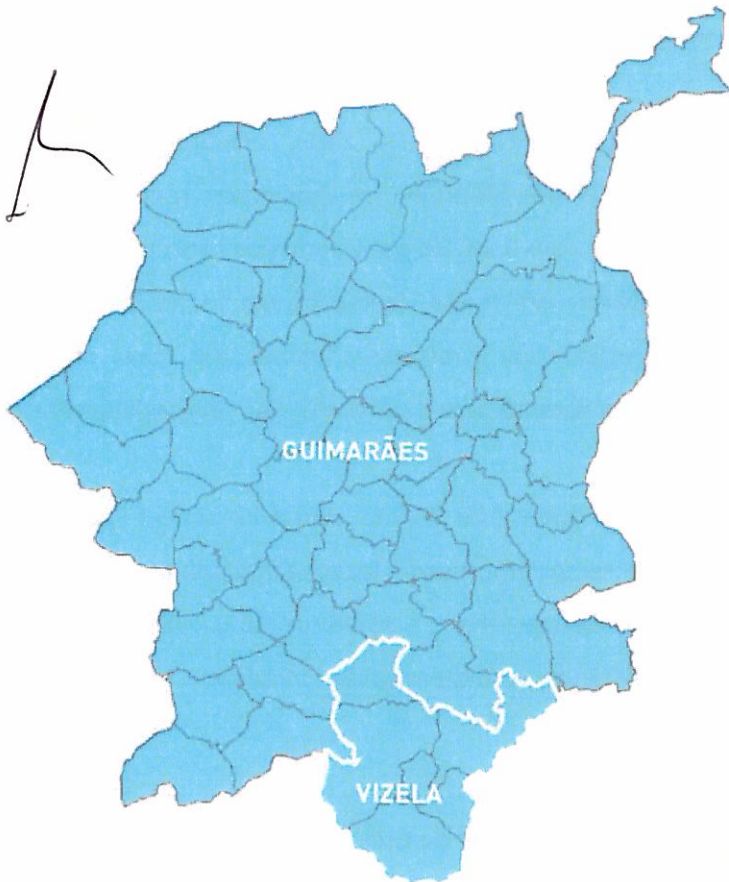
#### **Acionistas:**

Município de Guimarães: 450.000 ações

Município de Vizela: 50.000 ações

#### **Âmbito geográfico**

A Vimágua atua no âmbito geográfico dos Municípios que a integram, Guimarães e Vizela, cuja cobertura territorial efetiva, por parte desta empresa, regista um significativo crescimento, desde a sua criação e início de atividade.



**2 MUNICÍPIOS**

**53 FREGUESIAS**

- **SUPERFÍCIE**  
Guimarães 240,95 km<sup>2</sup>  
Vizela 24,70 km<sup>2</sup>  
Total 265,65 km<sup>2</sup>
- **POPULAÇÃO RESIDENTE**  
Guimarães 158.124  
Vizela 23.736  
Total 181.860
- **ALOJAMENTOS CLÁSSICOS**  
Guimarães 66.790  
Vizela 9.048  
Total 75.838

### **Objetivos Estratégicos**

A 2 de Abril de 2008, foi celebrado entre a Vimágua e os Municípios participantes o *Contrato de Gestão*, para cumprimento das exigências legais do regime jurídico do setor empresarial local e determinação objetiva e concreta de orientações estratégicas dos Municípios em relação à empresa, atenta a sua natureza de entidade gestora encarregada da gestão de serviço de interesse geral.

O Contrato de Gestão, cuja finalidade é regular os direitos e deveres estabelecidos entre os Municípios e a Vimágua, reajustando e reequilibrando, assim, em termos económicos, a relação existente, por forma a tornar viável a atividade da Vimágua, define de forma clara os objetivos da sua atividade:

- a) Assegurar a qualidade, universalidade e continuidade dos serviços de interesse geral delegados na Vimágua e enquadrados pelo Contrato de Gestão, na área dos municípios de Guimarães e Vizela.
- b) Proteger os munícipes, assegurando o funcionamento dos Sistemas e a obtenção de níveis de satisfação e de qualidade das necessidades básicas da população ao nível de distribuição de água para consumo humano e saneamento das águas residuais.



- c) Manter e renovar as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afetos aos Sistemas, quando necessário.
- d) Impulsionar a coesão local a nível económico e social.
- e) Privilegiar a eficiência e eficácia económica desta atividade, contribuindo para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do setor público.
- f) Respeitar os princípios de não discriminação e transparência.

Os objetivos estratégicos definidos para a atuação da Vimágua devem compaginar-se com aqueles que são os objetivos nacionais estabelecidos para o setor do saneamento básico, plasmados no “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (2014-2020)”, documento que sucede ao Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II).

O aludido “PENSAAR 2020” assenta em 5 eixos estratégicos, designadamente:

- Eixo 1 - Proteção do ambiente e melhoria das massas de água;
- Eixo 2 - Melhoria da qualidade do serviço prestado;
- Eixo 3 - Otimização e gestão eficiente dos recursos;
- Eixo 4 - Sustentabilidade económico-financeira e social;
- Eixo 5 - Condições básicas transversais.

Assim, temos em curso um plano que visa, entre outras ações, promover a redução e controlo das infiltrações e afluência de águas pluviais às redes de águas residuais, substituir redes de água e contadores por forma a reduzir as perdas e implementar um plano de racionalização de consumo de energia.

### Enquadramento Setorial

No final do ano de 2006 foi publicada a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do setor empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto), introduzindo um novo modelo de empresas municipais, distinto do regime anterior e aproximando-o do modelo adotado para o setor empresarial do Estado.

Neste contexto, a Vimágua, em 2007, procedeu à adequação dos respetivos Estatutos, passando a adotar um modelo de organização que melhor servia a prossecução do seu objeto, tendo em conta a

natureza da atividade desenvolvida pela Vimágua, enquadrada no Capítulo II, da Lei n.º 53-F/2006 (Empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse geral), que, de acordo com as diretrizes comunitárias e com a legislação e regulamentação nacional aplicáveis, deveria ser gerida por princípios de gestão comuns aos das sociedades comerciais, considerou-se, então, que a adoção de natureza societária era a mais consentânea com aqueles princípios, uma vez que favorecia uma gestão isenta e centrada na prestação de um serviço público de carácter geral, tendo-se procedido, por conseguinte, à transformação da Vimágua, numa Sociedade Anónima nos termos da Lei Comercial.

A Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, foi revogada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e que determinou a necessidade de proceder a uma alteração estatutária, por forma a conformar os Estatutos da Vimágua com o disposto na Lei 50/2012.

A principal alteração que decorre para a Vimágua deste novo ordenamento jurídico prende-se com a designação do Fiscal Único que nos termos do artigo 26º da referida Lei passará a ser designado, no caso da Vimágua, pelas Assembleias Municipais de Guimarães e Vizela, sob propostas dos respetivos órgãos executivos.

Entrou em vigor em dezembro de 2013 o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual aprova o novo regime jurídico do setor público empresarial, estabelecendo os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

Enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas a Vimágua está sujeita aos poderes de regulação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, que vem estabelecer o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo o regime jurídico sobre esta matéria num ato normativo, o que permite a clarificação das regras aplicáveis às entidades gestoras.

Assim, este quadro legal veio estabelecer regras sobre o relacionamento da Vimágua com os Municípios titulares do serviço, definindo um conjunto de normas, nomeadamente, quanto à gestão técnica dos

serviços e ao relacionamento com os utilizadores. Fixa, também, alguns princípios gerais sobre a intervenção da entidade reguladora e estabelece um regime contraordenacional que visa sancionar o incumprimento das obrigações por parte dos vários intervenientes (entidade titular dos serviços, entidade gestora e utilizadores).

O regulador setorial (ERSAR) viu os seus poderes e independência reforçados com a publicação, em 6 de março, da Lei n.º 10/2014 que aprova os novos estatutos da ERSAR e que acarreta novas condicionantes à atividade da Vimágua e necessidade de reestruturação para resposta aos novos normativos legais.

Em face das alterações em concretização no setor das águas, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo, quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas, e pelo impacto que a atuação da ERSAR passa a poder ter na esfera patrimonial da Vimágua, enquanto empresa regulada, a gestão do risco regulatório torna-se uma matéria ainda mais fulcral para a Vimágua.

Além das condicionantes impostas pelo regime legal do setor e pelo seu sistema de regulação, existem outras que atuam e influenciam de forma direta a atividade e desempenho da Vimágua, com destaque para as seguintes:

- A evolução da situação económica e financeira do país;
- A variação dos custos energéticos;
- A existência de soluções privadas e individuais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ainda que em incumprimento legal, em alternativa à ligação aos sistemas públicos;
- As verbas disponíveis para comparticipação dos investimentos.

## Missão, Visão e Valores

### Missão

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e a recolha e tratamento de águas residuais, pautando-se pela prestação de um serviço de qualidade, orientado por princípios de eficácia de gestão, sem descurar, porém, a defesa dos valores de ordem social e do meio ambiente.





## Visão

Ser uma empresa de âmbito intermunicipal de referência no setor, focalizada no cliente e orientada pelas melhores práticas internacionais



## Valores

**Valores Institucionais que estão subjacentes à atuação da Vimágua:**

**Qualidade**, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência;

**Responsabilidade Social** na prestação dos serviços públicos essenciais;

**Sustentabilidade e Eficiência** na Gestão, na Defesa e Proteção do Ambiente, de Respeito pela Pessoa Humana e de Envolvimento da Comunidade;

**Orientação para o Cliente**, razão de ser da empresa;

**Integridade e Transparência** no modo de estar e nas relações com todas as partes interessadas;

**Competência e Rigor** na tomada de decisões e nas ações, estabelecendo a Confiança como princípio de relação entre a Vimágua e os diferentes públicos de relacionamento;

**Respeito e a Prática da Legalidade**;

**Melhoria Contínua** da Pessoa, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade.

## Política da Qualidade, Ambiente e Segurança

A certificação do Sistema de Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança tem-se mostrado uma ferramenta eficiente na implementação das metodologias definidas pela Vimágua, com vista à concretização dos objetivos definidos pela Administração.

A certificação na Gestão da Qualidade expressa o compromisso da Vimágua na satisfação plena das necessidades e expectativas dos nossos Clientes, já no que concerne à Gestão de Segurança, a avaliação sistemática dos riscos associados às nossas atividades, produtos e serviços, aliada à definição e implementação das melhores práticas e de um rigoroso cumprimento da legislação em vigor, contribuem para a promoção de boas condições de Segurança e Saúde.

Quanto ao Sistema de Gestão Ambiental, expressa o compromisso da Vimágua na minimização dos impactes ambientais das suas atividades, prevenindo a poluição e contribuindo ativamente para o desenvolvimento sustentável.

A Vimágua é auditada no âmbito do sistema de gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança quer internamente, quer externamente, pelo menos duas vezes por ano.



Em 2015 foi realizada, em abril, uma auditoria interna e, em maio uma auditoria externa pelo organismo certificador. Todas as não conformidades e Oportunidades de melhoria foram devidamente tratadas e na generalidade fechadas com eficácia.

Relativamente à capacidade de resposta perante a ocorrência de emergências, a Vimágua tem implementada a prática da realização de simulacros de forma a testar os planos de emergência definidos. Desta forma, planeou e realizou um simulacro de emergência ambiental no qual se verificou que, de um modo geral, os colaboradores têm conhecimento dos modos de atuação a seguir e das funções a desempenhar e revelaram conhecer os principais impactes ambientais associados a um derrame. Evidenciaram, ainda, de que modo os resíduos deviam ser geridos, mais concretamente separados e identificados. Foi também realizado um simulacro de emergência na segurança no trabalho, onde foi confirmada a capacidade de operacionalizar as metodologias definidas de resposta a emergências.


De modo a obter uma melhor gestão do parque de viaturas e máquinas do Setor de equipamentos da Vimágua foi adquirido um programa de gestão e este foi implementado durante o segundo semestre de 2015. Este programa permite a gestão de manutenção preventiva e curativa.

## Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética

A promoção e difusão de valores de integridade, probidade, transparência e responsabilidade são contextos transversais a todas as abordagens promovidas sob a temática de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Em 25 de fevereiro de 2015 foi aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Vimágua, encontrando-se o mesmo disponível no sítio eletrónico, de acordo com o previsto na Recomendação n.º 1/2009, publicada na 2ª série do Diário da República, n.º 140 de 22 de julho de 2009.

O Plano incide na contratação pública e na atribuição de subsídios e outros benefícios devido à alta probabilidade de ocorrência de fenómenos de corrupção, todavia não se esgota aqui o seu campo de atuação.



Foi, também, o Código de Conduta e Ética, na senda do fixado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tendo a Vimágua promovido ações de formação e divulgação dos dois documentos, implicando todos os trabalhadores da empresa, com vista à formação de uma consciência coletiva dos valores preconizados, que nos permita a médio e longo prazo demarcar objetivamente uma cultura organizacional singular, pautada pelo escrupuloso cumprimento dos objetivos enunciados no Código de Conduta e Ética.

A luta contra a corrupção exige uma mudança cultural e de comportamento de cada cidadão, porque uma sociedade só muda quando o conjunto dos indivíduos que a compõem modifica os seus comportamentos.

Com o comprometimento e esforços de todos é possível controlar os efeitos nefastos de atos de corrupção. Para isso é determinante o fator Educação. Apenas com a formação de cidadãos conscientes, comprometidos com a Ética e a Lei é possível minorar a ocorrência de atos de corrupção.

Sendo a realidade da vida e das instituições dinâmicas, também assim são os planos, daí que, anualmente, o Conselho de Administração pondere e elabore um relatório síntese de execução das medidas plasmadas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, extraíndo as devidas conclusões e identificando os pontos a melhorar e, conseqüentemente, a ser incluídos no Plano original.

Em 2015, não foram identificados indícios de práticas de corrupção ou infrações conexas nem foram apresentadas reclamações contra qualquer administrador ou colaborador da Vimágua.

Em resultado da análise interna, com vista à avaliação do cumprimento das medidas e mecanismos de controlo instituídos e a identificação de eventuais fragilidades no sistema de controlo interno nas áreas de maior risco, a par da identificação de situações efetivas ou potenciadores de atos de corrupção e infrações conexas, consideramos que o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi globalmente cumprido não havendo necessidade de revisão ou aperfeiçoamento do mesmo.

## Comunicação e Educação

### Educação/Responsabilidade Social

No decorrer do ano de 2015, à semelhança do que vem sucedendo nos anos anteriores, prosseguiram-se as atividades lúdico-pedagógicas no Centro de Aprendizagem sobre Água, situado na Estação de Tratamento de Água de Santa Eufémia de Prazins, dirigidas, em especial, à comunidade escolar.

Assim, em 2015, o Centro de Aprendizagem sobre Água recebeu a visita de mais de 300 alunos de várias escolas de Guimarães e Vizela.

O Dia Mundial da Água 2015 foi assinalado, precisamente na Estação de Tratamento de Água de Sta. Eufémia de Prazins, com a dinamização da Semana da Água.

A Vimágua dedicou, assim, a semana em que se comemorou a o Dia Mundial da Água, a descodificar questões associadas a este precioso recurso.

O Rio Ave serviu de cenário a um conjunto de atividades laboratoriais que decorreram sob a orientação de técnicos especializados.

No dia 16 de março, deu-se início à semana dedicada à Água, com alunos do ensino secundário da Escola Secundária de Caldas das Taipas.

Já nos dias 17 e 19 de março, foi a vez de novos alunos da mesma escola visitarem a Estação de Tratamento de Água.

Terminando no dia 18 de março, com a visita de alunos da Escola Básica e Secundária de Infias.

Seguindo o mote proposto pela Organização das Nações Unidas, para a celebração do Dia Mundial da Água 2015, o repto lançado foi:

A Água está na Saúde, a Água está na Igualdade, a Água está na urbanização, a Água está na energia, a Água está na natureza, a Água está na alimentação, a Água está na indústria...a Água é a nossa Vida!

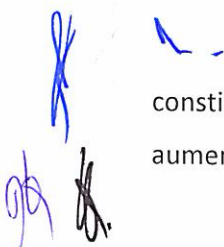
A Vimágua assinalou, ainda, o Dia Nacional da Água, dia 1 de outubro, com a realização de atividades vocacionadas para o conhecimento, preservação e racionalização dos recursos hídricos.

Esta iniciativa teve lugar no âmbito do *Guimarães noc noc* e fez parte da programação da Casa Verde, que teve como entidade promotora a comissão responsável pela candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia.

Foi, também, lançada em 2015 a campanha “Separe as Águas”, tendo em vista o esclarecimento da população no que concerne ao problema das afluências indevidas.


Não há consciência de que a ligação da rede pluvial à rede de saneamento é uma prática incorreta, todavia esta prática tem efeitos muito negativos, por um lado na qualidade das massas de água, uma vez que as descargas dos sistemas por excesso de volume de água residual, em tempo húmido,





constituem focos de contaminação, por outro lado o volume de água a tratar é maior, pelo que aumentam os custos com o tratamento.

Assim, para além das ações de fiscalização, criaram-se *outdoors* e disponibilizou-se informação no sítio eletrónico da Vimágua.



Os meios de comunicação social, rádios e jornais, têm, também, vindo a passar informação sobre a necessidade de se proceder à separação de redes.

Com efeito, só através do conhecimento se podem mudar comportamentos, pelo que a Vimágua procurará estar próximo dos utilizadores, criando *engagement*, informando para que façam uma correta utilização dos sistemas e percebam a importância estruturante que estes têm para a qualidade de vida, saúde e salvaguarda do meio ambiente.

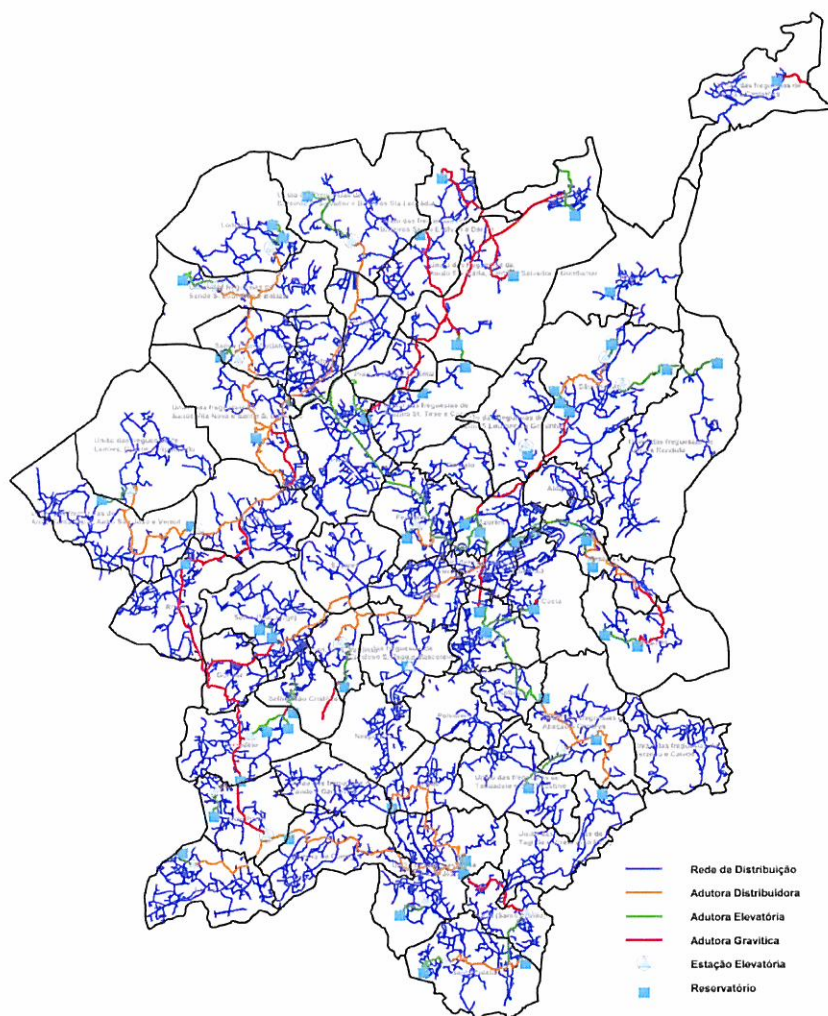
A forma e tom de comunicação da Vimágua pretendem-se próximas e colaborantes, na perspetiva de servir o interesse público.

## Áreas de Atividade

A gestão das diferentes fases do Ciclo da Água em que a Vimágua tem intervenção - captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e saneamento de águas residuais urbanas – mantém-se orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, da Qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores e da Rentabilidade

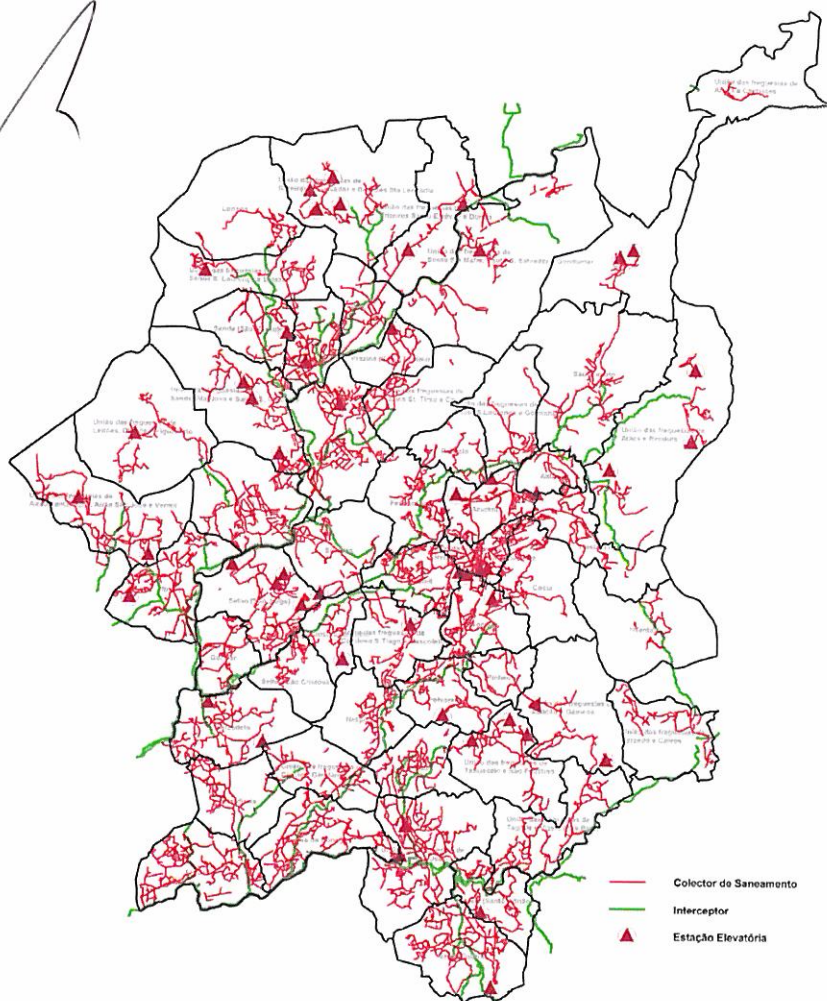
É nestas áreas que se geram a quase totalidade dos proveitos da Empresa, representando, também, a parte mais significativa dos seus custos operacionais.

### Infraestruturas do sistema de abastecimento de água



- 2 Estações de Tratamento de Água (ETA)
- 1364 Km de condutas de água (inclui adução e distribuição)
- 55 Reservatórios
- 22 Estações elevatórias
- 14 Hidropressores
- 22 Postos de rechloragem

Infraestruturas do sistema de saneamento de águas residuais



- 808 Km de condutas de saneamento de águas residuais
- 50 Estações elevatórias





### Abastecimento de água:

A atividade na área do serviço público de abastecimento de água, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, quer o “sistema em baixa” quer o “sistema em alta”, ou seja, a produção, o tratamento, o armazenamento e a distribuição ao consumidor final, sendo, portanto, completamente independente de qualquer sistema multimunicipal.

Neste capítulo, a Vimágua é responsável pela gestão de um parque de 33 reservatórios (Res.), 9 Reservatórios com hidropressor (Res. + Hid.), 13 Reservatórios com estação elevatória (Res. + EEA), 22 Estações Elevatórias (EEA) e 14 hidropressores (Hid.). No seu conjunto, a totalidade destes equipamentos disponibiliza uma capacidade de reserva total de aproximadamente 60.000 metros cúbicos.

O transporte e a distribuição da água são efetuados através de canalizações com uma extensão de aproximadamente 1.364 quilómetros de condutas adutoras e distribuidoras, às quais se encontram ligados 58.883 ramais domiciliários.

A água que a Vimágua distribui é proveniente de 2 captações superficiais (Prazins St<sup>a</sup> Eufémia e Gondomar) e 5 subterrâneas (Rocha, Senhoras do Monte, Minas da Penha-nascente, Minas da Penha poente e Castelões).

Para garantir a qualidade da água distribuída, foram implementados e encontram-se em funcionamento, 22 postos de cloragem/recloragem e 8 postos de correção de pH, todos com localizações estrategicamente determinadas.

Atenta a orografia dos concelhos de Guimarães e de Vizela, a manutenção de pressões de serviço é feita com recurso a 115 válvulas redutoras e estabilizadores de pressão, estrategicamente inseridas nas redes distribuidoras gravíticas.

A Vimágua tem ainda a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados quer seja por iniciativa própria havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2015, foram executadas 193 novas ligações domiciliárias à rede pública de água e alteradas 94 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva.

Nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

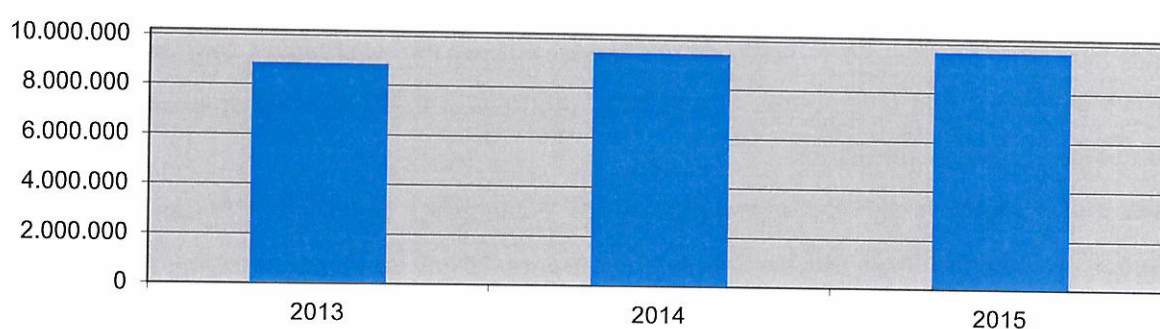
- Implementação de planos de higienização de reservatórios, estações elevatórias e hidropressores;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de estações elevatórias e hidropressores;

- Implementação de planos de vigilância e manutenção de válvulas redutoras de pressão;
- Redução do tempo de início na reparação de fugas;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

### Produção e Distribuição de Água

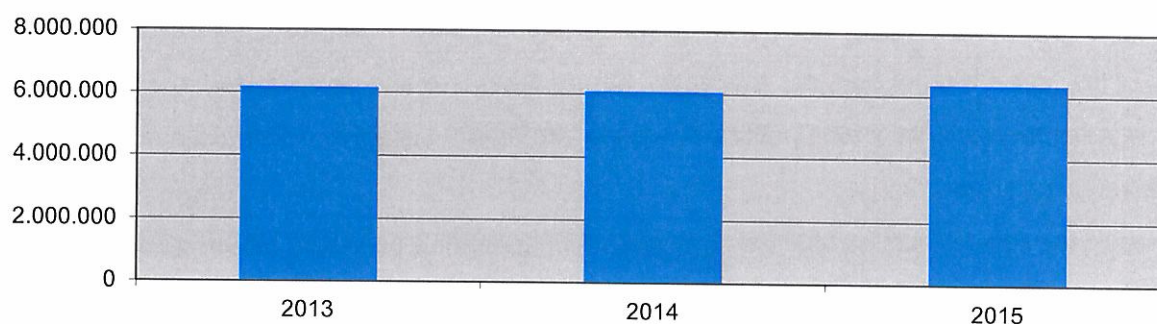
O volume total de água captada pela Vimágua em 2015 foi de 9.678.120 metros cúbicos, representando um acréscimo de 2,25%, quando comparado com o ano de 2014.

**Volume de água captada**



O volume de água faturada aos utilizadores do serviço público de abastecimento de água foi de 6.373.500 metros cúbicos, o que representa um crescimento de cerca de 4,64%, relativamente ao ano anterior, acréscimo que se poderá justificar pelo crescimento de clientes.

**Volume de água facturada**



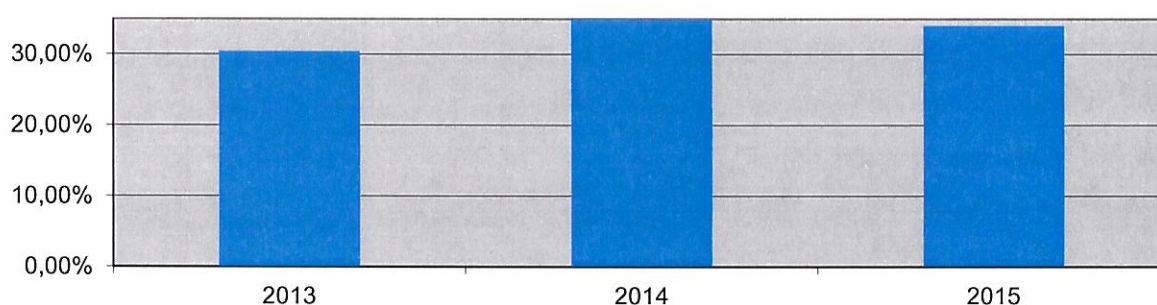
As perdas de água dividem-se em perdas reais e perdas aparentes, sendo que o indicador de perdas reais representa o volume total de perdas físicas de água do sistema em pressão, até ao contador do cliente, e o indicador de perdas aparentes contabiliza todos os tipos de imprecisões associadas às medições da água produzida e da água consumida e ainda o consumo não-autorizado (por furto ou uso



ilícito). O valor percentual das perdas reais, calculado de acordo com as regras fixadas pela ERSAR para o Balanço Hídrico, foi em 2015 de 15,34%.

Relativamente ao indicador de água não faturada, calculado pela diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado faturado, regista-se um decréscimo de 1,50% face ao ano anterior, tendo-se fixado nos 34,15%. Este indicador inclui não só as perdas reais e aparentes, mas também o consumo autorizado não faturado.

### Água não faturada



Com vista ao controlo e redução de perdas de água a Vimágua tem vindo a investir em sistemas monitorização da rede de água, com o objetivo de identificar a ocorrência as fugas e consumos abusivos. Os trabalhos de monitorização das redes de água, quer a pesquisa de fuga com utilização de geofones acústicos quer o estudo de redes seccionadas, permitiram concluir que a dimensão das fugas existentes e não detetadas não terá expressão muito significativa, designadamente, do ponto de vista económico atendendo ao custo de produção de água.

Tal conclusão não significa que não existam fugas e que não seja uma prioridade diminuir essas ocorrências. Significa, antes, que estas não vão aparecendo e aumentando gradualmente em função do tempo mas que se manifestam bruscamente, sendo, na grande maioria dos casos detetadas de imediato e também de imediato reparadas. Para combater estas ocorrências a Vimágua tem vindo a substituir as redes distribuidoras mais problemáticas, investimento que se propõe prosseguir.

Por outro lado, considera-se que as perdas aparentes por erros de medição dos contadores tenham um impacto de significado relevante que poderá justificar a diminuição do volume de água faturado. Por esse motivo, a Vimágua iniciou em 2015 uma campanha para a substituição de contadores que visa a atualização e a redução da idade média do seu parque de contadores.

Esta campanha de substituição foi promovida no âmbito do plano geral de manutenção dos componentes do sistema público de abastecimento de água, sendo expectável que com esta medida se venha a diminuir a percentagem de água não faturada.

Para além do programa de substituição de contadores e simultaneamente é efetuada a correção de instalações que apresentem deficiências que contribuam para uma deficiente contabilização dos consumos e redimensionado o contador instalado.

### Qualidade da água

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade na água fornecida pela Vimágua.

O programa de monitorização da qualidade da água do Sistema Vimágua integra três componentes:

- 1- Controlo legal – Plano de Controlo de Qualidade da Água aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR);
- 2- Controlo operacional – águas brutas superficiais e subterrâneas, reservatórios de água tratada, controlo da eficiência do tratamento da água nas Estações de Tratamento de Água (ETA) e pontos da rede de abastecimento de água;
- 3- Controlo de verificação – aquando dos incumprimentos de valor paramétrico e reclamações da qualidade da água.

No âmbito da execução do Programa de Controlo da Qualidade de Água para consumo humano, com reporte ao ano de 2015, registámos **99,55%** de cumprimento dos valores paramétricos exigidos por Lei, o que permite classificar a água distribuída pela Vimágua, como sendo de **boa qualidade**, uma água segura, de acordo com o *Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço* da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Importa sublinhar que, no ano de 2015, o programa de monitorização da qualidade da água, aprovado pela Entidade Reguladora, foi, integralmente, cumprido, tendo sido realizadas 3.350 determinações de parâmetros, na torneira do consumidor.

### Águas Residuais

A atividade na área dos serviços de saneamento de águas residuais urbanas, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, o “sistema em baixa”, ou seja, a recolha e encaminhamento das águas residuais até ao sistema de tratamento em alta, explorado em regime de concessão, em todo o Vale do Ave, por um sistema multimunicipal.



Neste capítulo, a Vimágua é responsável pela gestão de uma extensão de aproximadamente 808 quilómetros de coletores, aos quais se encontram ligados 43.572 ramais domiciliários, e de 50 EEAR (Estações Elevatórias de Águas Residuais).

São, também, geridas pela Vimágua pequenas redes de drenagem de águas residuais com ligação a fossas coletivas ou ETAR's situadas, quase exclusivamente, em loteamentos promovidos por terceiros, e cuja ligação às redes principais não se mostra economicamente viável. Assim, a Vimágua assegura a manutenção de 4 ETAR's (Estação de Tratamento de Águas Residuais) e de 29 FSC (Fossa Séptica Coletiva). Para além destas infraestruturas públicas, a Vimágua assegura ainda a manutenção de fossas privadas sempre que o respetivo proprietário o solicite.

A Vimágua tem, ainda, a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados quer seja por iniciativa própria havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2015, foram executadas 242 novas ligações domiciliárias à rede pública de saneamento e 4 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva.

Nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes de drenagem;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de Estações Elevatórias;
- Implementação de planos de manutenção preventiva de FSC - Fossas Sépticas Coletivas - e ETAR's - Estações de Tratamento de Águas Residuais
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.





## Gestão de Clientes

---

A Missão e Cultura de atuação da Vimágua tem como pilares fundamentais os Valores já enunciados, pelos quais se pauta e os quais, simultaneamente, promove, no seu âmbito de atuação. A satisfação dos clientes, claramente assumida na Política de Gestão da Qualidade e Segurança adotada, encerra em si aquele que será o principal Valor, pela sua importância intrínseca e, também, por ser aquele que pode aglutinar e sintetizar todos os outros.

O contínuo desenvolvimento de uma cultura de serviço ao Cliente é uma orientação estratégica que se concretiza no desenvolvimento de iniciativas direcionadas para a melhoria contínua do serviço prestado.

Neste capítulo destacamos o esforço de revisão de procedimentos internos e reforço ao nível de recursos humanos afetos à análise e resposta a reclamações e solicitações de clientes, cujo resultado é evidenciado no indicador da ERSAR que avalia o tempo de resposta a reclamações/sugestões, no prazo de 22 dias úteis, o qual registou, no decorrer do ano de 2015 uma melhoria significativa, passando de cerca de 40% para 96% das situações respondidas dentro desse prazo.

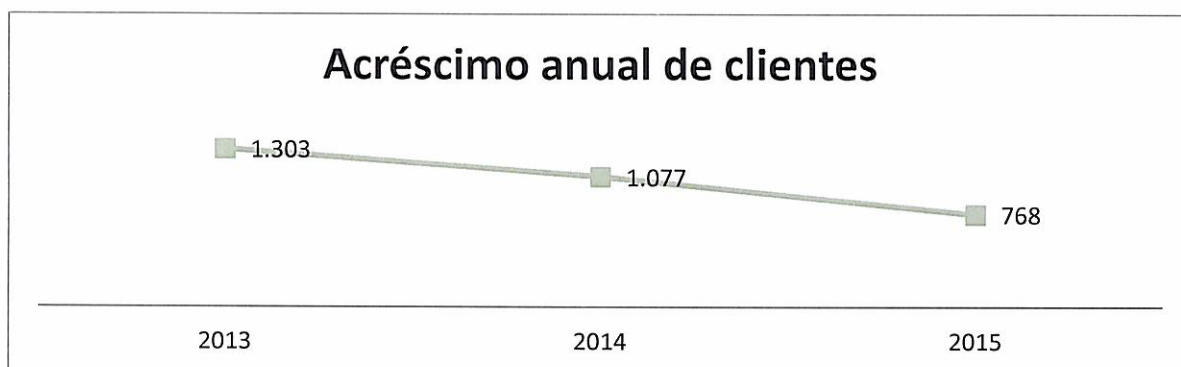
### Clientes em números

No final de 2015 o número total de clientes da Vimágua era de 64.212, sendo 60.990 clientes de água e 57.409 clientes de saneamento.

Os clientes totais da Vimágua cresceram 1,21% comparativamente ao final do ano de 2014.

Tipo de cliente	2002	2013	2014	2015
Doméstico	37.138	53.816	54.644	55.353
Não Doméstico	6.506	8.551	8.800	8.859
<b>Total</b>	<b>43.644</b>	<b>62.367</b>	<b>63.444</b>	<b>64.212</b>

De realçar que desde o final do primeiro exercício de atividade (2002), a Vimágua regista um acréscimo de 20.568 clientes, a que corresponde uma taxa de crescimento de mais de 47% e uma taxa média de crescimento anual superior a 3,6%.



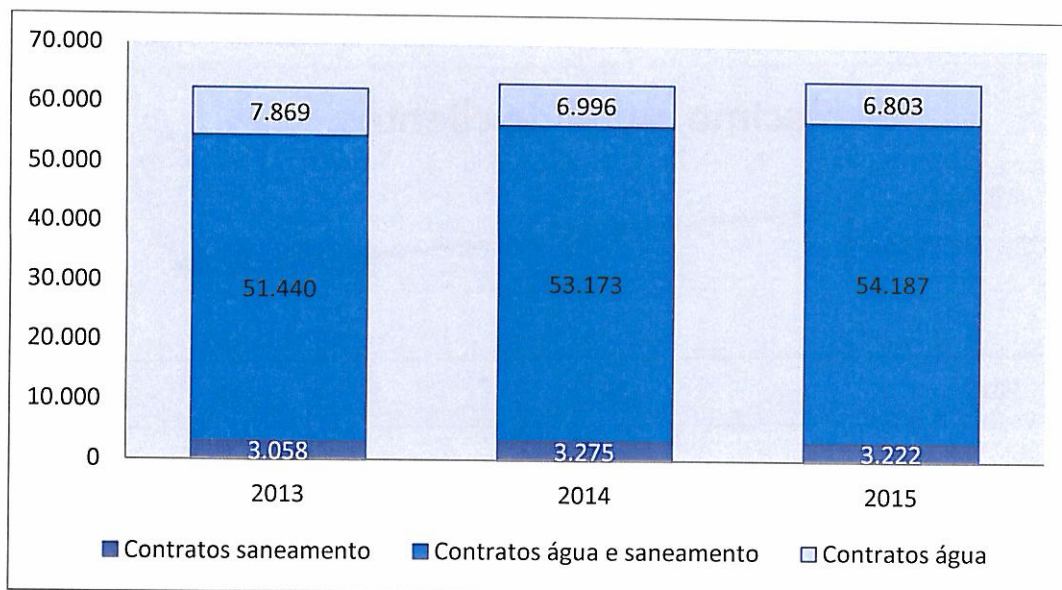
No triénio 2013-2015 a Vimágua registou um acréscimo de 3.148 cliente.

Em 2015 o crescimento anual de clientes (+768) foi inferior ao registado nos anos anteriores, sendo o crescimento registado nos anos de 2013 e 2014 resultado do esforço direccionado para o levantamento de prédios ligados à rede pública de saneamento, sem o respetivo contrato de prestação de serviços.

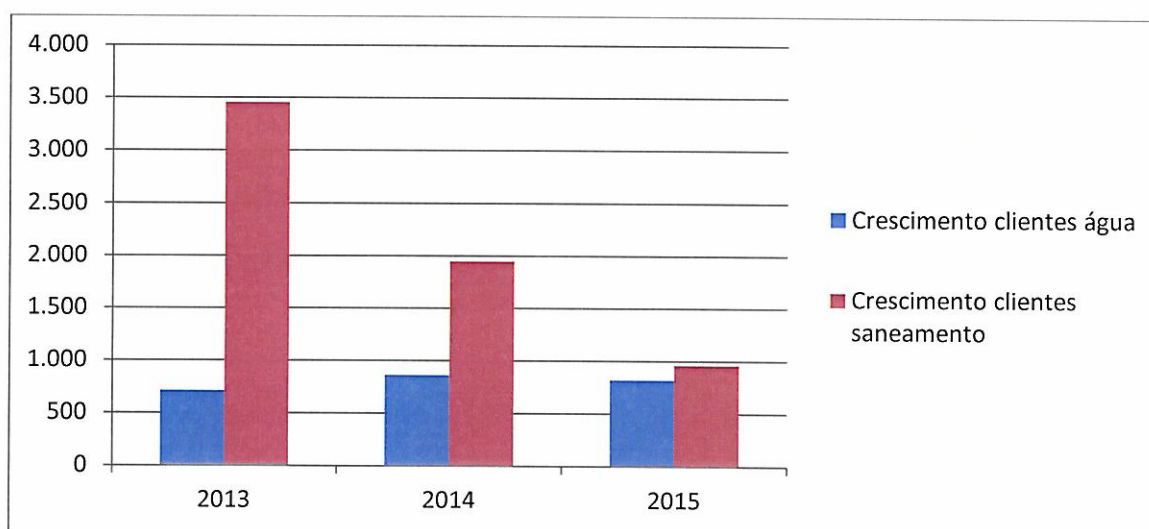
Consoante a natureza dos serviços temos três tipologias de contratos: “contratos de saneamento”, “contratos de água e saneamento” e “contratos de água”.

Tipo de contratos	2013	2014	2015
Contratos saneamento	3.058	3.275	3.222
Contratos água e saneamento	51.440	53.173	54.187
Contratos água	7.869	6.996	6.803
<b>Total</b>	<b>62.367</b>	<b>63.444</b>	<b>64.212</b>

Foram corrigidos em final de 2015, resultado de um erro informático detetado na contabilização de contratos por tipologia, os dados relativos a contratos e clientes, desde o ano de 2012.



Realça-se, em 2015, o acréscimo de clientes com contrato de água e saneamento, também designado por contrato único, (+1.014) parcialmente contrabalançado pelo decréscimo de contratos só de saneamento (-53) e contratos só de água (-193). Com efeito o crescimento de clientes de saneamento (+961) foi, ainda, superior ao crescimento de clientes de água (+821) mas, contrariamente aos anos anteriores aproximou-se daquele crescimento. Estes números são relevantes porque realçam a tendência que esperamos se tenha iniciado em 2015 e se mantenha nos anos seguintes de ligação aos dois serviços públicos: água e saneamento.



Os resultados do último triénio evidenciam por um lado o forte investimento em redes de saneamento e por outro, como já referimos, o trabalho de fiscalização e controlo das ligações à rede pública de saneamento sem contratação do serviço com a Vimágua.



*(Handwritten signatures and initials in blue ink)*

### Clientes de água

O número total de clientes de água, em 31 de Dezembro de 2015, era de 60.990 representando uma taxa de crescimento anual de 1,36%.

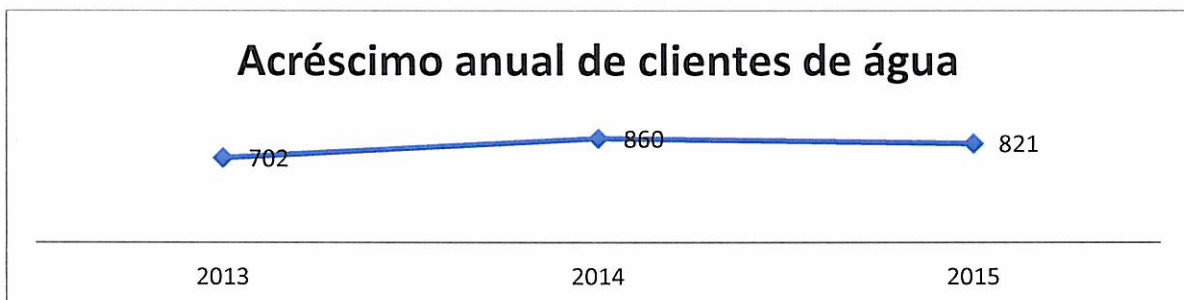
Tipo de cliente	2002	2013	2014	2015
Doméstico	37.138	50.868	51.503	52.271
Não Doméstico	6.506	8.441	8.666	8.719
<b>Total</b>	<b>43.644</b>	<b>59.309</b>	<b>60.169</b>	<b>60.990</b>

*(Handwritten signature in black ink)*

No final do ano a Vimágua passou a contar com mais 821 clientes, comparativamente com o final de 2014.

Da análise da evolução de clientes, concluímos que o maior acréscimo é registado nos clientes familiares continuando a ser, inquestionavelmente, o resultado da expansão dos serviços públicos aos anéis externos dos concelhos, onde o peso dos serviços e indústrias é menor, mas onde um grande número de pessoas passou a contar com a Vimágua como parceira de saúde pública, ambiente e qualidade de vida.

O número de clientes de água teve um acréscimo de 17.346 novos clientes, desde final de 2002, a que corresponde uma taxa de crescimento próxima dos 38% e uma taxa de crescimento anual média ligeiramente superior a 3%.

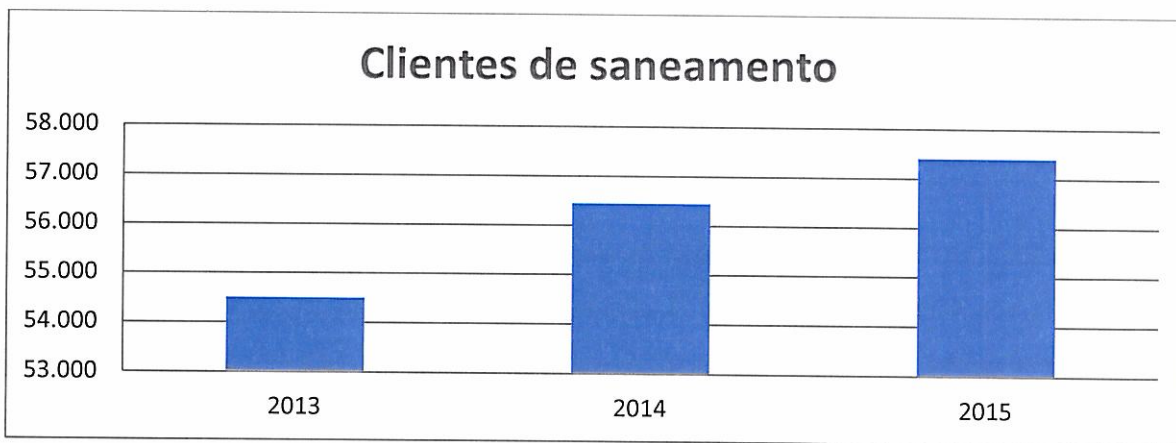


O acréscimo anual de clientes de água o qual representa, também, um acréscimo no indicador de adesão às redes públicas, reflete por um lado o desfasamento temporal que existe entre a disponibilização de redes e a ligação da população às mesmas, num território fortemente marcado por fontes alternativas, e por outro o trabalho desenvolvido pela Vimágua para promoção da adesão às redes públicas.

**Cientes de saneamento**

O número total de clientes de saneamento, em 31 de Dezembro de 2015, era de 57.409 representando uma taxa de crescimento anual de 1,7%.

Tipo de cliente	2013	2014	2015
Doméstico	48.059	49.735	50.640
Não Doméstico	6.439	6.713	6.769
<b>Total</b>	<b>54.498</b>	<b>56.448</b>	<b>57.409</b>



Tal como já referido, foram corrigidos em final de 2015, resultado de um erro informático detetado na contabilização de contratos por tipologia, os dados relativos a contratos e clientes, desde o ano de 2012, com especial incidência no número de clientes de saneamento.

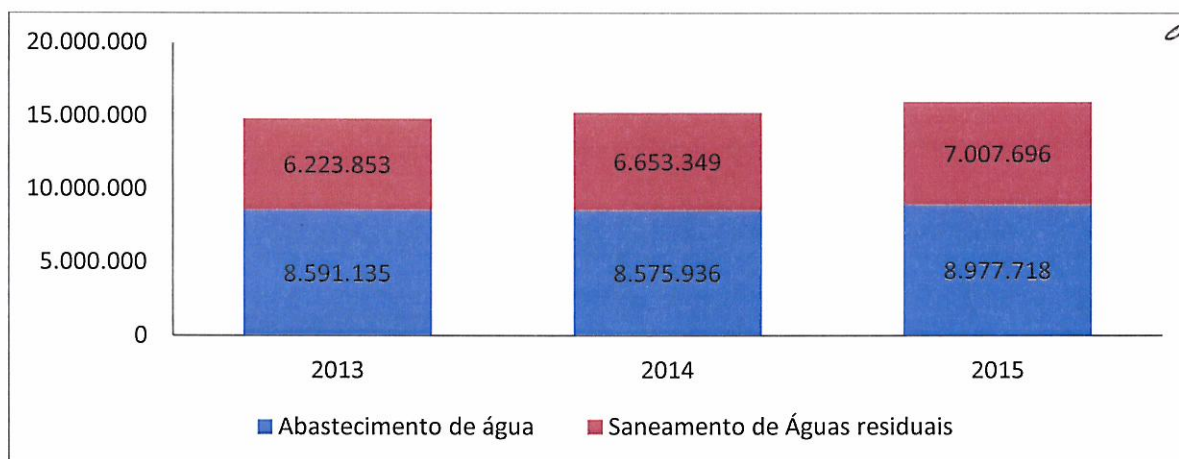
No triénio 2013-2015 a Vimágua continua a registar um crescimento muito significativo de clientes de saneamento, com efeito passamos a ter mais 6.367 clientes.





## Dados de Faturação

A faturação periódica de clientes, referente aos serviços prestados pela Vimágua, totalizou no exercício de 2015 o valor 15.985.414Euros, representando um crescimento de cerca de 5% quando comparado com o exercício de 2014.

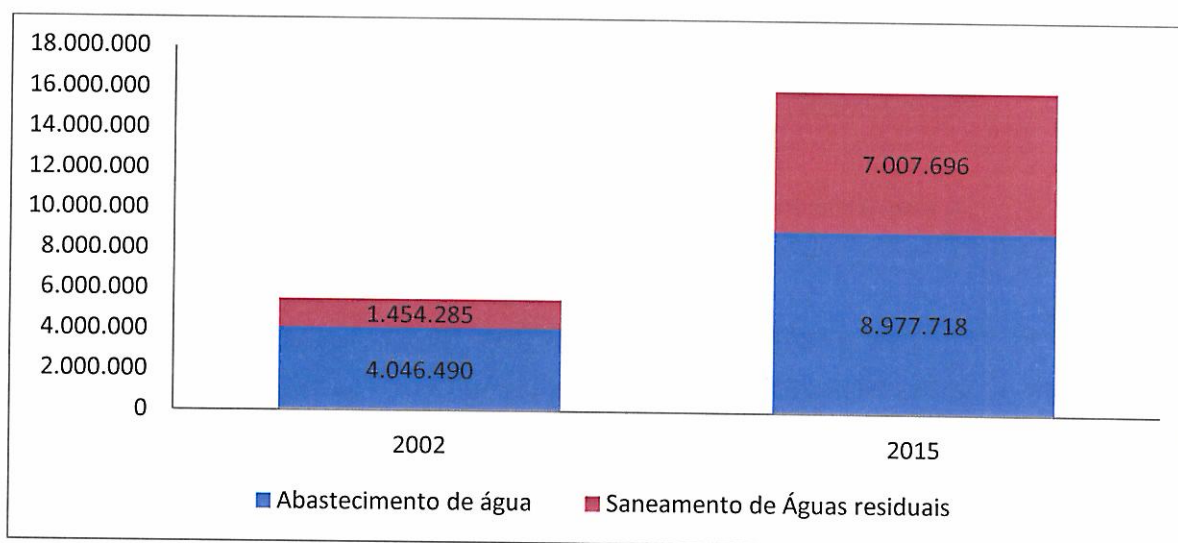


Analisados os dados da faturação em valor e em quantidade, verificámos que registámos crescimento nas quantidades e valores faturados de tarifas fixas, tanto no serviço de abastecimento de água como no serviço de saneamento de águas residuais, resultante do crescimento do número de clientes. No que às tarifas variáveis respeita registou-se um acréscimo de faturação de água, tanto em volume (+282.390m<sup>3</sup>) como em valor (+368.385Euros), e um acréscimo na faturação do serviço de saneamento (+6,62%) superior à variação percentual das tarifas fixas, resultante do impacto positivo do crescimento de clientes conjugado com o impacto positivo do volume de água faturada, indexante do volume faturado em saneamento.

Atividade	Valor (€)			Variação 15/14
	2013	2014	2015	
<b>Abastecimento de água</b>	<b>8.591.135</b>	<b>8.575.936</b>	<b>8.977.718</b>	4,68%
- Tarifa Variável	5.778.072	5.666.986	6.035.371	6,50%
- Tarifa Fixa	2.813.063	2.908.950	2.942.347	1,15%
<b>Saneamento de Águas residuais</b>	<b>6.223.853</b>	<b>6.653.349</b>	<b>7.007.696</b>	5,33%
- Tarifa Variável	4.379.112	4.560.944	4.862.699	6,62%
- Tarifa Fixa	1.391.549	1.524.446	1.581.586	3,75%
- Contrato autónomo	453.192	567.958	563.411	-0,80%
<b>TOTAL</b>	<b>14.814.988</b>	<b>15.229.285</b>	<b>15.985.414</b>	<b>4,96%</b>

Regista-se o crescimento significativo no total dos rendimentos do serviço público de abastecimento de água (+4,68%) e do serviço de saneamento (+5,33%), em resultado do crescimento de clientes e do volume de água faturado (+4,64%).

Desde o início de atividade da Vimágua, em Fevereiro de 2002, o montante de rendimentos relativos às principais prestações de serviços cresceu mais de 130% como resultado do acréscimo e expansão da atividade da empresa e do rigor na contratação e faturação dos serviços prestados às populações de Guimarães e Vizela, com especial destaque para o serviço público de saneamento.



## Investimento

---

Desde o seu início de atividade e até final de 2015 a Vimágua investiu 76,6 Milhões de Euros.

Os investimentos projetados tiveram como referência o cumprimento dos objetivos estabelecidos no PensaAR 2020 – Uma Estratégia ao Serviço da População:

*1 – A Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;*

*2 – A Sustentabilidade do Setor;*

*3 – A Proteção dos Valores Ambientais.*

Nesta conformidade, foram definidas três áreas de investimento:

- I. Investimentos no sistema de abastecimento de água em alta – Nesta área de intervenção assumiu especial relevância a ampliação e remodelação da estação de captação e tratamento de água de St.<sup>a</sup> Eufémia de Prazins (ETA), projetado para garantir o fornecimento de água com qualidade e quantidade em todo o território de intervenção da Vimágua, minimizando os riscos de alteração da qualidade da massa de água, mesmo em situações de emergência (períodos de chuva intensa, secas prolongadas, contaminação microbiológica e elevados níveis de turbação).  
Em 2015, foram investidos 633.335Euros no sistema de abastecimento de água em alta.
  
- II. Investimento em expansão de redes - A universalidade tendencial do abastecimento de água e saneamento de águas residuais continua a exigir da Vimágua um significativo investimento em extensões de redes nas freguesias, com o propósito de elevar as taxas de cobertura.  
Os investimentos realizados em expansão de redes de água e saneamento de águas residuais permitiram atingir elevados níveis de cobertura no território servido pela Vimágua que, em final de 2015, atingiram os 97,6% em água e 90,3% em saneamento.  
Em 2015, foram investidos 969.708Euros em expansão, substituição e remodelação de redes públicas de água e saneamento nos concelhos de Guimarães e Vizela.

- III. Investimentos diversos – Neste capítulo englobámos um conjunto de investimentos instrumentais de apoio ao desenvolvimento da atividade da Vimágua e à prestação dos serviços públicos a seu cargo.

Em 2015, foram investidos 202.564Euros.

O investimento global realizado pela Vimágua em 2015 foi de 1.805.607Euros.

No decorrer de 2015 a Vimágua viu aprovada em *overbooking* do POVT a candidatura relativa aos investimentos de “Remodelação e Ampliação do Sistema de Captação e Tratamento de Água de St.ª Eufémia de Prazins” com um total do Investimento Elegível de 2.462.904Euros, tendo o respetivo contrato de financiamento sido outorgado a 30 de dezembro de 2015, com uma comparticipação financeira até ao máximo de 85% do investimento elegível.

O montante de Fundo comunitário aprovado e contratualizado não será, no entanto, pago enquanto se mantiver o enquadramento da operação na situação de *overbooking*, isto é enquanto não existirem fundos comunitários disponíveis para o efeito, não havendo qualquer garantia ou compromisso do POVT de que tais fundos comunitários venham a ser disponibilizados.

A execução do Plano de Investimentos face ao valor previsto no Plano de Investimentos revisto aquando da elaboração dos mapas previsionais para 2016 foi de 73,63%.




**EXECUÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015**

CÓDIGO	PROJECTO	Previsão 2015	Execução 2015	%	Desvio	
		revisão			Valor	%
<b>01</b>	<b>Sistema de abastecimento de água em alta</b>					
01.01	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Prazins	533.816	507.367	95,05%	-26.449	-4,95%
01.02	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Gondomar	9.420	9.420	100,00%	0	0,00%
01.03	Novo Reservatório da Costa	780	780	100,00%	0	0,00%
01.04	Reparação e remodelação de Reservatórios e Estações Elevatórias	69.633	69.091	99,22%	-543	-0,78%
01.05	Substituição da Elevatória e grupo de bombagem para o Reservatório de Lordelo					
01.06	Substituição do equipamento eletromecânico em Pevidém (ZA), Pevidém (ZB)					
01.07	Conduta distribuidora Pégada - Ponte					
01.08	Reforço de abastecimento de Água (alta) – C. Elevatória Mãe d'Água – Monte Largo e substituição de troço da elev. para Mesão Frio					
01.09	Obras e equipamentos para reforço e remodelação do sistema de abastecimento de água em alta	21.914	46.678	213,00%	24.764	113,00%
<b>02</b>	<b>Redes de água e saneamento</b>					
02.01	Execução de novas redes de saneamento nas freguesias	615.850	430.118	69,84%	-185.732	-30,16%
02.02	Execução de novas redes de água nas freguesias	279.911	75.408	26,94%	-204.503	-73,06%
02.03	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de saneamento	143.670	103.267	71,88%	-40.404	-28,12%
02.04	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de água	250.700	124.436	49,64%	-126.264	-50,36%
02.05	Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	275.710	236.479	85,77%	-39.232	-14,23%
<b>03</b>	<b>Investimentos diversos</b>					
03.01	Projetos de infra-estruturas de água e saneamento	16.223	6.850	42,22%	-9.373	-57,78%
03.02	Outros estudos e projetos	4.950		0,00%	-4.950	-100,00%
03.03	Terrenos					
03.04	Máquinas e Viaturas	22.700	22.700	100,00%	0	0,00%
03.05	Equipamentos e ferramentas (exploração e produção)	163.332	141.821	86,83%	-21.512	-13,17%
03.06	Equipamentos para telegestão	22.415	9.499	42,38%	-12.916	-57,62%
03.07	Equipamento Informático e Software	13.282	11.035	83,08%	-2.247	-16,92%
03.08	Equipamento administrativo	3.907	4.465	114,27%	558	14,27%
03.09	Estação de triagem de resíduos de S. Pedro de Azurém	2.000	2.000	100,00%	0	0,00%
03.99	Outros investimentos	2.200	4.196	190,73%	1.996	90,73%
<b>TOTAIS</b>		<b>2.452.414</b>	<b>1.805.607</b>	<b>73,63%</b>	<b>-646.806</b>	<b>-26,37%</b>



## Recursos Humanos

---



A política e gestão dos recursos humanos da Vimágua desenvolveu-se de acordo com as orientações definidas para o período e de forma integrada e articulada com os objetivos da empresa, com vista à melhoria dos serviços públicos prestados às populações e ganhos de eficácia da gestão global da Vimágua, nas diferentes vertentes.

Em 2015, à semelhança dos anos anteriores, a política de gestão de recursos humanos manteve-se condicionada pelas medidas fixadas no âmbito da Lei de Orçamento de Estado e que vêm sendo revistas desde 2011. Neste contexto, manteve-se em vigor a redução remuneratória, a proibição de valorizações remuneratórias, outros acréscimos remuneratórios e outras determinações.

Com efeito, a Vimágua continuou a aplicar em 2015 a redução remuneratória que vinha sendo aplicada desde 2011, por determinação das sucessivas Leis de Orçamento de Estado e da Lei 75/2014, de 12 de setembro, que veio estabelecer os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão. A redução remuneratória continua a abranger as remunerações superiores a 1.500 euros e a concretizar-se através da aplicação de uma taxa progressiva entre os 3,5% e os 10%. No que aos gestores públicos respeita, a esta medida acresce a redução de 5% da remuneração fixa mensal, já aplicada desde 1 de junho de 2010, em cumprimento da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Nos termos da citada Lei 75/2014, de 12 de setembro, a Vimágua fez a reversão da redução remuneratória prevista no artigo 2.º em 20 % a partir de 1 de janeiro de 2015.

Foram cumpridas as normas relativas à proibição de valorizações remuneratórias e outros acréscimos remuneratórios, bem como as regras previstas no artigo 62.º da Lei de Orçamento de Estado para 2015 não tendo aumentado a despesa com o pessoal.

### **Quadro de pessoal**

Importa, neste capítulo, salientar alguns indicadores que revelam aspetos evolutivos da estrutura de recursos humanos da Vimágua.

Em 31 de Dezembro de 2015 a Vimágua contava com 154 colaboradores, tendo-se mantido o número total colaboradores em relação ao final do exercício económico anterior.

Durante o ano de 2015 foram admitidos, por contrato de trabalho sem termo, dois novos colaboradores (um operacional para o setor de produção e qualidade da água e uma técnica superior para o Setor de Contencioso e Contraordenações) e cessaram funções dois colaboradores (uma rescisão de contrato por parte do trabalhador e uma denúncia de contrato no período experimental).

### Mapa geral por grupos de pessoal

Grupo Profissional Atual	Mobilidade de Interesse Público (CMG)	Vimágua	Total
Dirigentes/Presidente executivo	5	1	6
Técnicos Superiores <sup>a)</sup>	-	11	11
Coordenadores Técnicos	4	-	4
Assistentes Técnicos/Administrativos <sup>b)</sup>	15	26	41
Enc. Geral Operacional	1	-	1
Assistentes Operacionais	53	38	91
<b>Totais Gerais</b>	<b>78</b>	<b>76</b>	<b>154</b>

<sup>a)</sup> 4 técnicos superiores (CIP) + 1 Vimágua (diretor técnico), estão a exercer funções de Dirigentes na Vimágua, E.I.M., S.A.

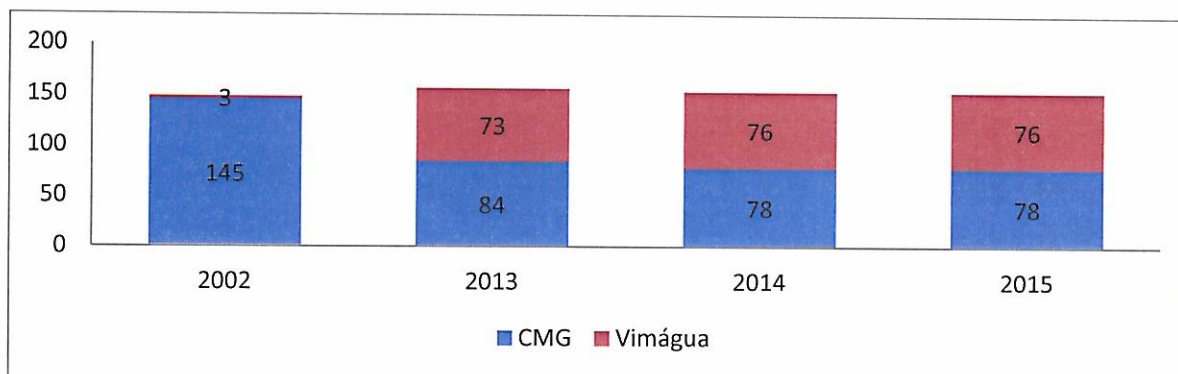
<sup>b)</sup> 1 técnica adjunta de informática nível 3

A maioria dos colaboradores da Vimágua está incluída na categoria de “Assistentes Operacionais”, com um peso de 59%. Os “Assistentes Técnicos/Administrativos” são a segunda categoria profissional com maior representatividade na empresa (27%). Estas duas categorias têm em conjunto 86% dos colaboradores totais da Vimágua, em final de 2015.

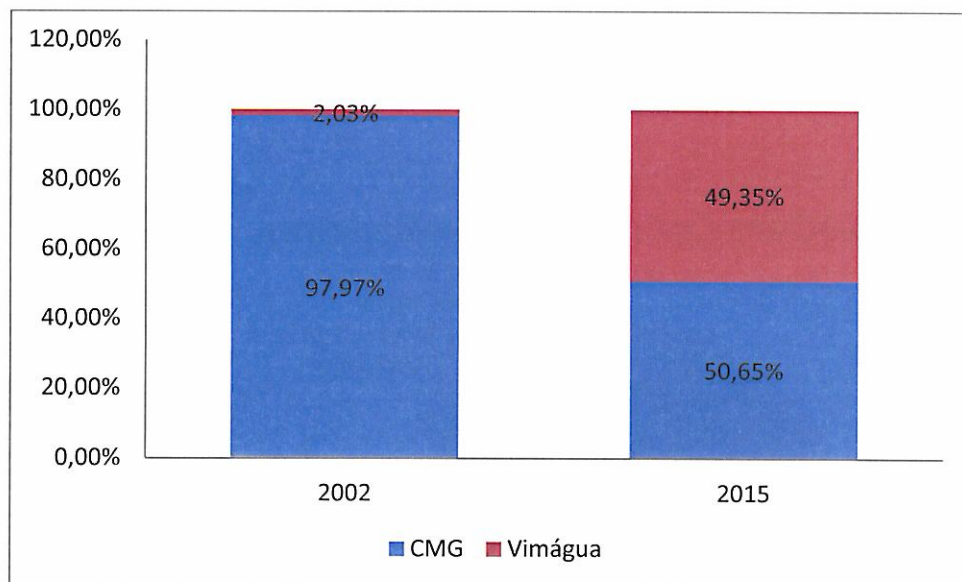




O quadro de efetivos da Vimágua é composto por colaboradores em regime de mobilidade de interesse público, dos quadros do Município de Guimarães, os quais integravam o quadro dos Serviços Municipalizados à data de criação da empresa, e colaboradores entretanto recrutados, designados nos gráficos seguintes como *Vimágua*.



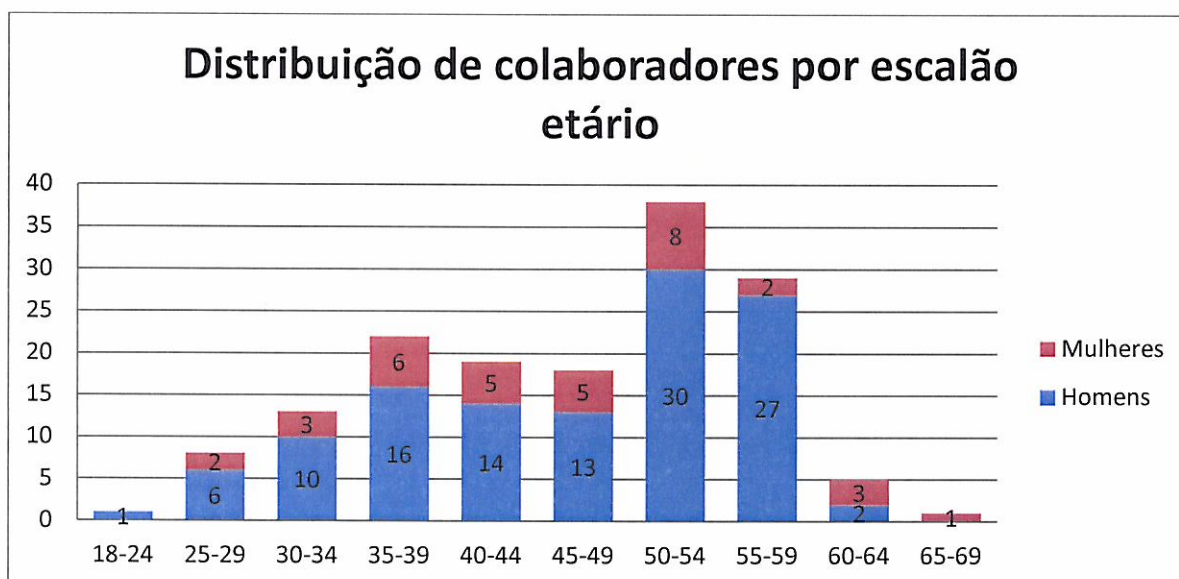
A percentagem de colaboradores recrutados pela Vimágua fixou-se em 48,35% no final de 2014 e manteve-se em 2015. Os colaboradores do Município em regime de mobilidade diminuíram, substancialmente, desde a criação da Vimágua em 2002 passando de 97,97% para 50,65% do total dos colaboradores.



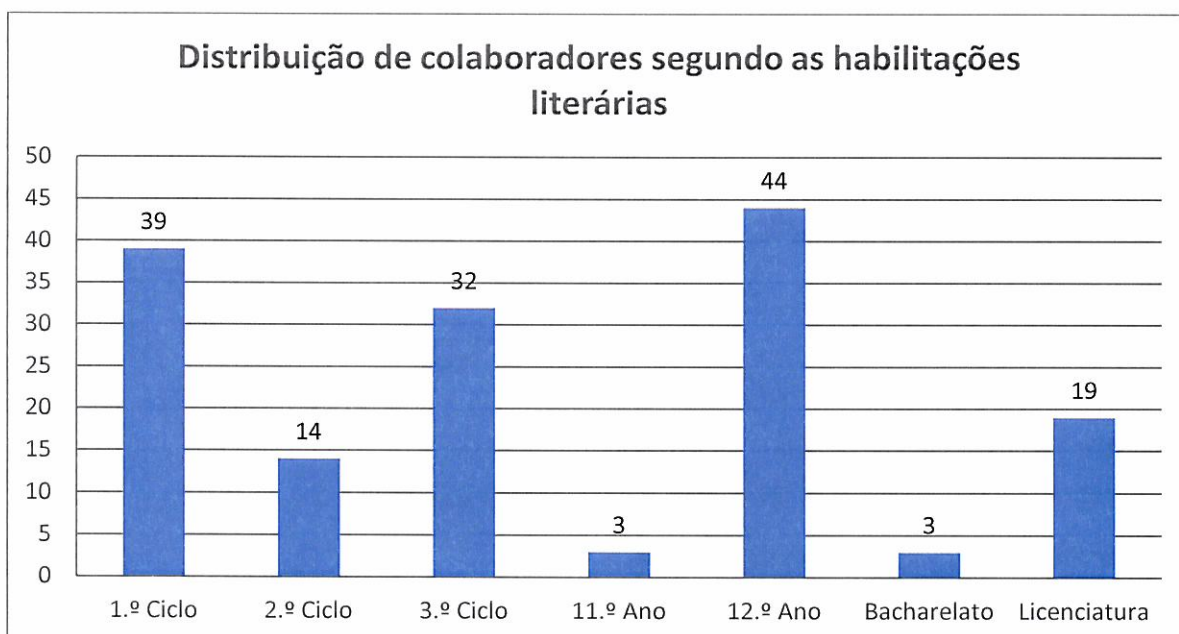
A maioria dos colaboradores da Vimágua é do género masculino (119 homens e 35 mulheres) e 52,6% dos colaboradores está em idades inferiores a cinquenta anos, o que revela uma estrutura etária equilibrada e relativamente jovem. Não obstante os grupos etários com idades inferiores a cinquenta



anos representavam em 2014 56,5% dos colaboradores, existindo uma tendência para o envelhecimento.



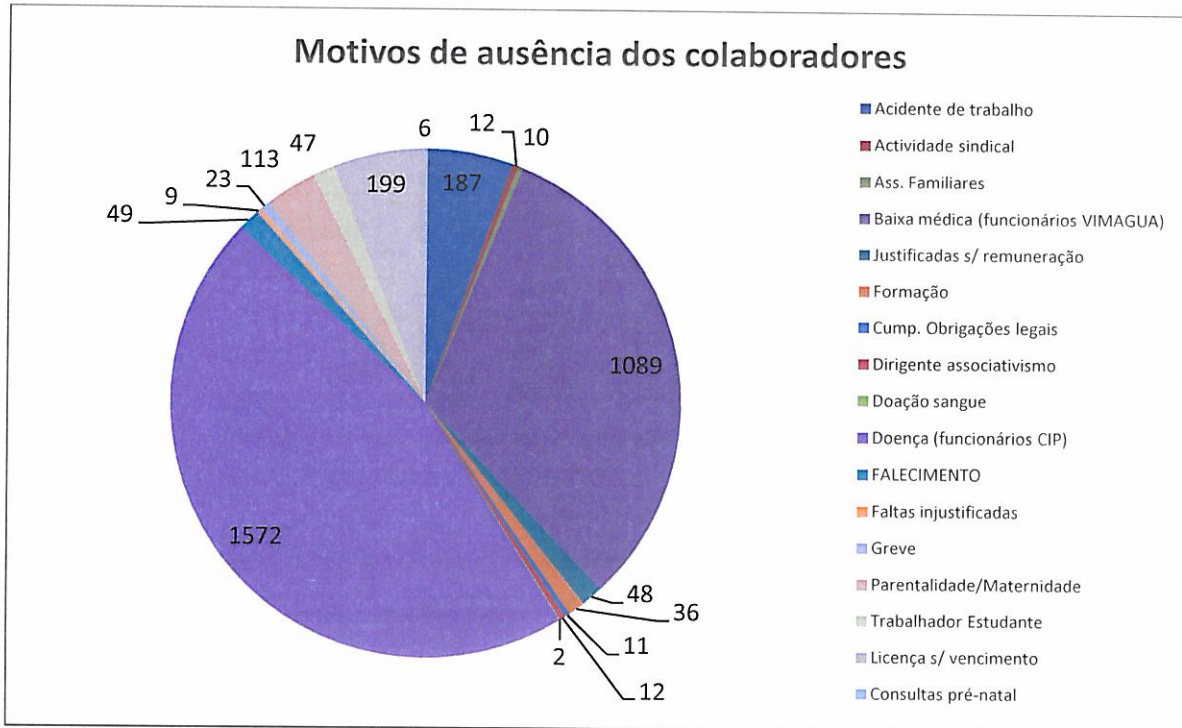
No que concerne às habilitações literárias verifica-se que no final do corrente exercício 22 colaboradores tinham o ensino superior politécnico ou universitário, representando cerca de 14,2% do total, 28,5% terminaram o ensino secundário e 25% apenas concluíram o primeiro ciclo do ensino básico. Situação igual à que se verificava no ano anterior.



**Absentismo laboral**

Em 2015 a maioria das ausências dos colaboradores da Vimágua ficou a dever-se a motivos de doença, 2.661 dias, tendo-se verificado mais 1.251 dias que em 2014.

Os dias de absentismo registados em 2015, no total de 3.425, encontram-se ilustrados no gráfico seguinte, realçando-se que foram registados mais 831 dias comparativamente ao ano anterior.



#### Acidentes/Incidentes e Índices de sinistralidade

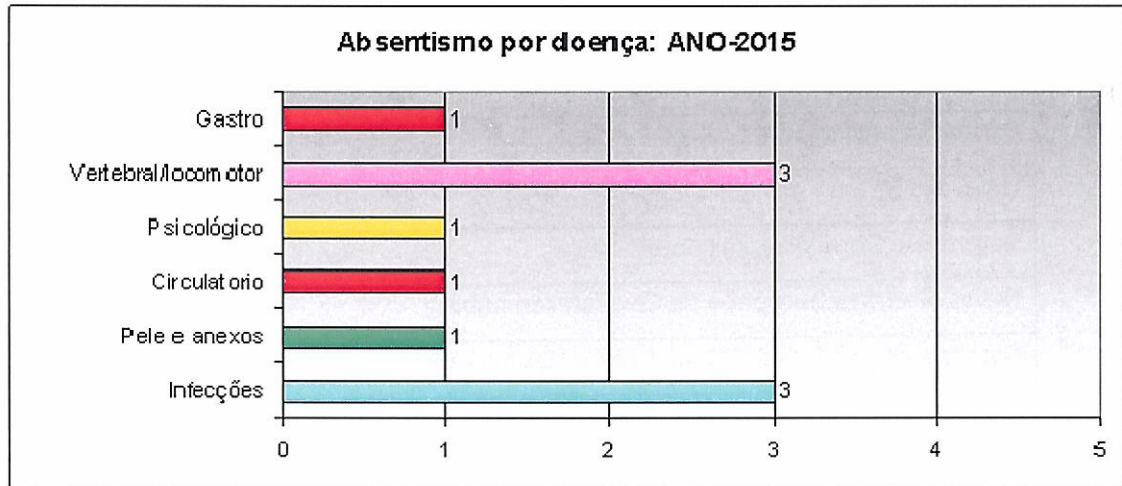
Durante o ano de 2015 registaram-se 7 acidentes mantendo-se o mesmo número registado no ano anterior. Dos 7 acidentes ocorridos, 4 não deram origem a incapacidade temporária (I.T.) e os restantes originaram uma perda de trabalho de 46 dias úteis substancialmente inferior aos 426 registados em 2014.

#### Medicina do trabalho e promoção da saúde

No domínio da medicina do trabalho realizaram-se 144 exames médicos, repartidos por exames de admissão (2), exames periódicos (117) e exames ocasionais (25). Foram ainda efetuadas 3 visitas aos locais de trabalho dos colaboradores da Vimágua.

O absentismo por doença resultou, em 2015, numa perda de 2661 dias de trabalho.

De acordo com a análise do médico de medicina no trabalho verificou-se a seguinte distribuição por patologias:



Assim, concluiu a análise médica que a patologia que mais afetou colaboradores da Vimágua, no ano 2015, foi do foro vertebral/locomotor.

Relativamente a ações de promoção da saúde, junto dos colaboradores da Vimágua, manteve-se o rastreio da diabetes e da hipertensão, disponível ao longo de todo o ano.

Com o mesmo objetivo de promoção da saúde foram realizadas duas campanhas de prevenção:

- No dia da mulher, 8 de março, realizou-se uma caminhada à Penha;
- No dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, 28 de abril, apelou-se à prevenção de riscos com o slogan: "O acidente de trabalho pode ser evitado, a prevenção é um direito de todos!";
- No dia Nacional do Cancro da Mama, 31 de outubro, apelou-se para a prevenção do cancro da mama, distribuindo folhetos informativos e laços cor-de-rosa pelos colaboradores, aderindo, assim, à iniciativa "Onda Rosa" promovida pelo município de Guimarães.

Uma vez mais, com o objetivo de acautelar um surto de gripe sazonal, a Vimágua promoveu durante o mês de novembro uma campanha de vacinação, à qual aderiram 45 funcionários.

Foi mantido o programa do DAE (Desfibrilhador Automático Externo) sem registo de qualquer emergência.

### Formação profissional

Durante o ano de 2015 foram ministradas 14 ações de formação e/ou participações em colóquios e seminários:

Designação
Dimensionamento de redes prediais de águas e esgotos
Formação profissional de Ergonomia
ENEG 2015
Sistema de Normalização contabilística
Novas diretrizes europeias de Contratação pública
Fiscalização prévias do Tribunal de Contas e o CCP
Digital Marketing e Startegy
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro
Ensaio de Campo em Amostras de Água para consumo Humano
Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas – código de conduta e ética
Eficiência energética nas instalações elétricas
Novo código procedimento administrativo
Valorizar o território – 7 anos de POVT
ISSO DIS 9001:2015



## Desempenho Económico e Financeiro

O presente título sintetiza os resultados alcançados pela Vimágua durante o ano de 2015, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

### Situação Económica

A situação económica da Vimágua, atentos os resultados apurados no exercício de 2015, é positiva, reforçando e consolidando o resultado das medidas de viabilização adotadas ao abrigo do Plano de Viabilidade e Contrato de Gestão em vigor.

A Vimágua terminou o ano de 2015 com um resultado líquido de 1.123.383Euros, claramente superior ao resultado do exercício económico de 2014 (+48,69%).

Os rendimentos operacionais registaram um acréscimo de 289.550Euros (+1,58%) face aos registados no exercício de 2014, mantendo a trajetória de crescimento dos exercícios anteriores resultante do já referido crescimento de clientes, com maior expressividade para o crescimento dos rendimentos operacionais relativos a venda de água (+6,50%).

#### Rendimentos operacionais

euros	2013	2014	2015	Δ% 15/14
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	15.726.854	16.341.807	16.869.634	3,23%
Venda de água	5.778.072	5.666.986	6.035.371	6,50%
Venda material	17.118	14.325	2.403	-83,22%
Prestações de serviços - saneamento	6.878.450	7.489.814	7.587.905	1,31%
Prestações de serviços - água	2.939.480	3.006.513	3.072.172	2,18%
Outros serviços	113.735	164.169	171.783	4,64%
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	1.750.608	1.943.216	1.704.939	-12,26%
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>17.477.462</b>	<b>18.285.023</b>	<b>18.574.573</b>	<b>1,58%</b>

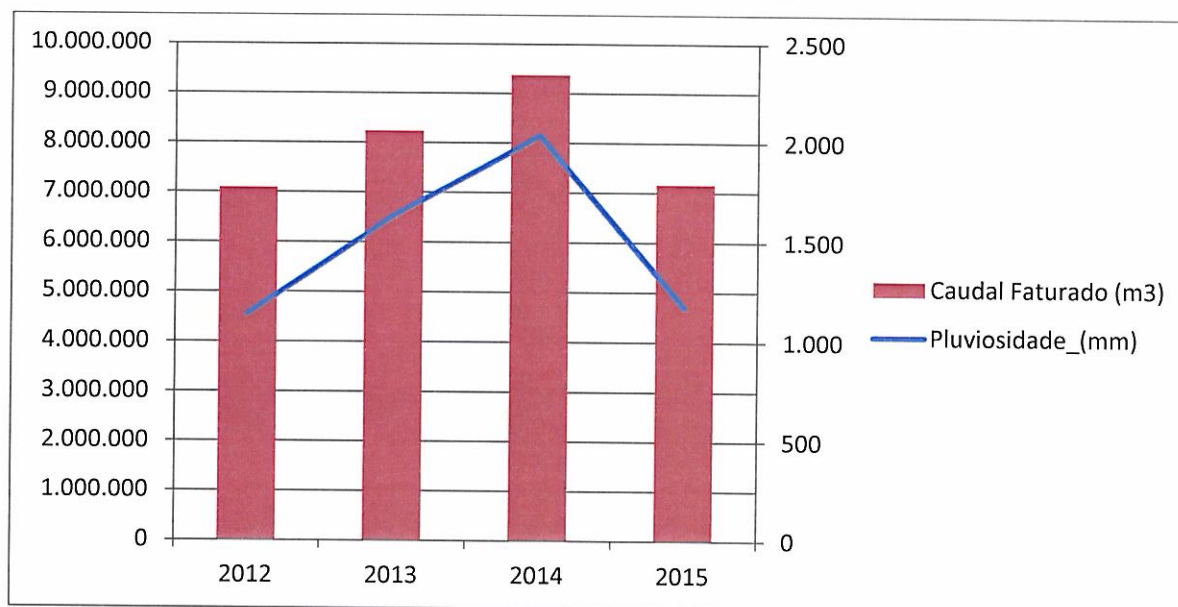
Os gastos operacionais, em termos globais, registaram um acréscimo de 125.105Euros, totalizando no exercício económico em análise 16.215.271 euros (+0,78%), crescimento significativamente inferior ao registado no exercício económico anterior (+2,35%).

## Gastos operacionais

euros	2013	2014	2015	Δ% 15/14
Custo existência vendidas e consumidas	35.031	41.489	39.266	-5,36%
Fornecimentos e serviços externos:	9.163.889	10.061.089	9.880.211	-1,80%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	4.492.541	4.582.921	4.033.919	-11,98%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	1.115.279	2.047.027	2.418.627	18,15%
Outros fornecimentos e serviços externos	3.556.069	3.431.141	3.427.666	-0,10%
Gastos com o pessoal	2.638.285	2.566.924	2.536.740	-1,18%
Provisões e perdas por imparidade	599.832	66.580	255.139	283,21%
Outros gastos operacionais	180.662	164.368	173.890	5,79%
Amortizações e depreciações	3.102.340	3.189.717	3.330.024	4,40%
<b>Gastos operacionais</b>	<b>15.720.039</b>	<b>16.090.166</b>	<b>16.215.271</b>	<b>0,78%</b>

Os gastos relativos ao tratamento de águas residuais, rubrica com maior peso na estrutura de gastos operacionais, e que remunera o serviço prestado pela entidade gestora do sistema “em alta”, Águas do Noroeste, S.A., sucedida pela sociedade Águas do Norte, S.A., no âmbito da fusão dos sistemas multimunicipais de água e saneamento do Norte de Portugal, tiveram um decréscimo muito significativo (11,98%).

A redução de gastos com o tratamento de águas residuais, representou uma poupança de 549.002Euros relativamente a 2014, 458.622Euros relativamente a 2013 e um acréscimo de 354.207Euros relativamente a 2012, tendo neste período existido aumentos de tarifas de serviço de saneamento em alta significativas. Estas variações, com impacto importante nos resultados operacionais da Vimágua, resultam dos diferentes níveis de pluviosidade, como se pode observar no gráfico seguinte que compara os caudais faturados à Vimágua com os níveis de pluviosidade registados nos anos 2012 a 2015.



De facto, o volume de caudal faturado pela entidade gestora do sistema de saneamento em alta sofre um forte acréscimo em meses de maior pluviosidade em resultado da afluência de águas pluviais no

sistema, o que evidencia a importância do trabalho encetado de separação de águas pluviais das redes de águas residuais. Os gastos com o tratamento mantêm um peso muito significativo na estrutura de gastos operacionais da Vimágua, tendo passando de 25,33%, em 2012, para 28,58%, em 2013, e 24,88%, em 2015.

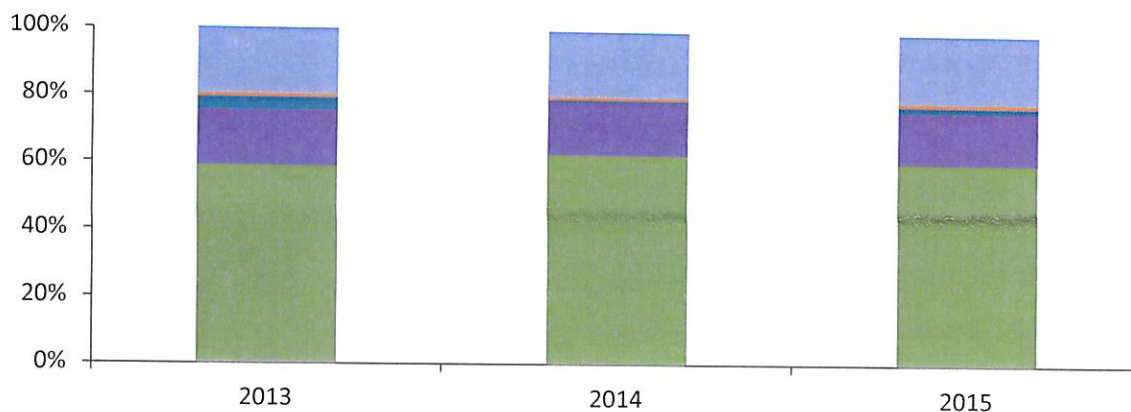
Importa realçar, desde logo pelo seu peso relativo na estrutura de gastos, o acréscimo do valor da contrapartida devida pela utilização dos bens dos Municípios (+18,15%), a qual segue o regime de preços de transferência através do método da repartição do lucro, ou seja, varia em função dos resultados apurados antes de impostos e sem contrapartida. Assim, em 2015, resultado da melhoria significativa dos resultados operacionais da empresa, a contrapartida contabilizada em gastos operacionais foi de 2.418.627Euros.

Também de registar a subida dos gastos relativos a provisões e perdas por imparidade (+188.559Euros) resultado do crescimento dos montantes em dívida de clientes com maturidade mais elevada, que terão que ser alvo de especial atenção e de um esforço de cobrança através do processo de execução fiscal e do recurso à penhora.

Com exceção da rubrica de outros gastos operacionais, com peso pouco significativo na estrutura de gastos (1,07%), das amortizações e depreciações que cresceram 4,4%, e das rubricas atrás referidas, todas as restantes registaram decréscimos. Fruto das restrições mantidas pela Lei de Orçamento do Estado para 2015, designadamente a proibição de valorizações remuneratórias, registou-se um ligeiro decréscimo nos gastos com pessoal (-30.183Euros ou -1,18%).

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, que detêm tradicionalmente um peso decisivo na estrutura de custos, corresponderam a 60,93% dos gastos operacionais, um peso inferior ao exercício anterior, apesar do aumento do valor da contrapartida devida aos Municípios, compensada pela forte redução de gastos relativos ao tratamento de águas residuais.





■ Custo existência vendidas e consumidas     ■ Fornecimentos e serviços externos:  
■ Gastos com o pessoal     ■ Provisões e perdas por imparidade

O resultado operacional do exercício económico de 2015 da Vimágua ascendeu a 2.359.301Euros, crescendo em relação ao exercício anterior (+164.444Euros), valor resultante do crescimento dos rendimentos operacionais (+289.550Euros) compensado pelo menor crescimento dos gastos operacionais sem contrapartida (+125.105Euros), fortemente influenciado pelo acréscimo de imparidades.

Calculada a variação dos gastos operacionais sem contrapartida regista-se uma diminuição significativa (-246.494Euros) resultante, em grande medida, da redução de gastos com o tratamento de águas residuais.

O resultado líquido do exercício foi de 1.123.383Euros, tendo o EBITDA registado um acréscimo de 304.751Euros (+5,66%).

#### Resultado Líquido

euros	2013	2014	2015	Δ% 15/14
EBITDA	4.859.763	5.384.574	5.689.325	5,66%
Amortizações e depreciações	3.102.340	3.189.717	3.330.024	4,40%
Resultados operacionais	1.757.423	2.194.857	2.359.301	7,49%
Resultados antes de impostos	574.538	1.054.529	1.245.959	18,15%
Imposto sobre o rendimento	167.677	299.034	122.576	-59,01%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>406.861</b>	<b>755.495</b>	<b>1.123.383</b>	<b>48,69%</b>

O *Cash flow* bruto totalizou 4.831.123Euros, significativamente superior ao do no anterior (+14,58%), em resultado, essencialmente, do crescimento de resultados (+18,15%).



O autofinanciamento mantém-se em valores elevados, não obstante o significativo crescimento do investimento realizado (+112,96%), tendo crescido o *Cash flow* líquido comparativamente com os dois exercícios económicos anteriores.

#### *Cash flow* líquido e investimento

euros	2013	2014	2015	Δ% 15/14
Resultados antes de impostos	574.538	1.054.529	1.245.959	18,15%
Amortizações e depreciações	3.102.340	3.189.717	3.330.024	4,40%
Variação das provisões e perdas por imparidade	599.832	-27.909	255.139	-1014,18%
<b><i>Cash flow</i> bruto</b>	<b>4.276.710</b>	<b>4.216.337</b>	<b>4.831.123</b>	<b>14,58%</b>
Imposto sobre o rendimento	167.677	299.034	122.576	-59,01%
Resultados distribuídos				
<b><i>Cash flow</i> líquido</b>	<b>4.444.387</b>	<b>4.515.371</b>	<b>4.953.699</b>	<b>9,71%</b>
Investimento	3.639.552	847.878	1.805.607	112,96%
<b>Autofinanciamento</b>	<b>122%</b>	<b>533%</b>	<b>274%</b>	<b>-48,48%</b>

#### Situação Financeira e Patrimonial

A demonstração da posição financeira da Vimágua em 31 de Dezembro de 2015 apresenta um ativo líquido de 57.358.790Euros, evidenciando um decréscimo de 2,27% face a 31 de Dezembro de 2014 em resultado do decréscimo do ativo não corrente (-1.649.613Euros) o qual foi parcialmente compensado pelo crescimento do ativo corrente (+319.650Euros).

Ao nível do ativo corrente realça-se o crescimento das disponibilidades (+701.667Euros), e a diminuição de dívidas de clientes (-551.163Euros).

Tal como no exercício anterior, também em 2015 diminuámos o passivo relativo a financiamento obtido, através dos pagamentos de capital (-1.165.502Euros).

#### Posição financeira

euros	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	Δ%15/14
Ativo não corrente	49.965.391	47.777.702	46.128.089	-3,45%
Ativo corrente	8.300.648	10.911.051	11.230.701	2,93%
<b>Total do ativo</b>	<b>58.266.039</b>	<b>58.688.753</b>	<b>57.358.790</b>	<b>-2,27%</b>
Capitais permanentes	43.249.479	40.838.783	39.889.277	-2,33%
Passivo corrente	15.016.560	17.849.971	17.469.513	-2,13%
<b>Total do passivo + capital próprio</b>	<b>58.266.039</b>	<b>58.688.753</b>	<b>57.358.790</b>	<b>-2,27%</b>

Os rácios económicos revelam uma situação positiva e mantendo-se, no essencial, idêntica ao ano anterior com tendência a melhoria. Os rácios financeiros refletem, nomeadamente no indicador de liquidez geral (+3,16 p.p.), o acréscimo de disponibilidades já referido, tendo um valor muito confortável

a par do indicador de solvabilidade e de autonomia financeira, evidenciando de forma clara a estabilidade financeira da Vimágua.

**Rácios**

Económicos	2013	2014	2015	Δ p.p. 15/14
Margem bruta/rendimentos operacionais	27,81%	29,45%	30,63%	1,18
Resultado operacional/rendimentos operacionais	10,06%	12,00%	12,70%	0,70
Resultado líquido/rendimentos operacionais	2,33%	4,13%	6,05%	1,92
Resultado líquido/capital próprio	2,10%	4,02%	5,74%	1,72
<b>Financeiros</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Δ p.p. 15/14</b>
Liquidez geral	55,28%	61,13%	64,29%	3,16
Autonomia financeira	33,17%	32,00%	34,12%	2,12
Solvabilidade	30,72%	28,30%	34,26%	5,96
Fundo de maneo	0,55	0,61	0,64	3,16

## Execução previsional

Apresenta-se de seguida a execução da Demonstração Previsional de Resultados aprovada e revista em 2015, com os respetivos desvios:

## Execução da Demonstração Previsional de Resultados 2015

	Previsão 2015 revista	Execução 2015	Desvio	
			Valor	(%)
Vendas e serviços prestados	16.570.278	16.869.634	299.356	1,81%
Vendas de material	14.285	2.403	-11.881	-69,22%
Vendas de água	5.685.410	6.035.371	349.961	5,43%
Prestações de serviços - água	3.103.249	3.072.172	-31.077	-0,98%
Prestações de serviços - saneamento	7.621.493	7.587.905	-33.589	-0,49%
Tarifas de ligação	333.884	580.036	246.152	41,75%
Saneamento de águas residuais	7.287.417	7.007.696	-279.721	-4,48%
Outros	193	172	-20	-5,75%
Outras prestações de serviços	145.841	171.783	25.942	26,75%
Outros rendimentos operacionais	1.690.645	1.704.939	14.294	0,86%
Trabalhos para a própria entidade			0	-nd-
Imputação de subsídios p/ investimentos	949.125	963.844	14.719	1,55%
Imputação de subsídios p/ ramais	741.520	470.221	-271.299	-38,00%
Outros rendimentos e ganhos	0	270.874	270.874	-nd-
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>18.260.923</b>	<b>18.574.573</b>	<b>313.650</b>	<b>1,72%</b>
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-45.179	-39.266	5.913	-14,00%
Matérias-primas	-45.179	-39.266	5.913	-14,00%
Fornecimentos e serviços externos	-10.295.745	-9.880.211	415.534	-4,30%
Sub-contrato tratamento de águas residuais	-5.326.370	-4.033.919	1.292.451	-30,84%
Contrapartida pela utilização das infra-estruturas	-1.714.595	-2.418.627	-704.031	40,80%
Outros FSEs	-3.254.780	-3.427.666	-172.886	4,62%
Gastos com pessoal	-2.555.763	-2.536.740	19.023	-0,68%
Outros gastos operacionais	-172.515	-173.890	-1.375	0,85%
<b>Total de gastos operacionais antes de amortizações, provisões e perdas por imparidade</b>	<b>-13.069.202</b>	<b>-12.630.107</b>	<b>439.095</b>	<b>-3,47%</b>
Amortizações e depreciações	-3.232.784	-3.330.024	-97.240	2,73%
Provisões e perdas por imparidade	-17.347	-255.139	-237.792	-59,45%
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>-16.319.333</b>	<b>-16.215.271</b>	<b>104.063</b>	<b>-0,66%</b>
<b>EBIT</b>	<b>1.941.590</b>	<b>2.359.302</b>	<b>417.712</b>	<b>17,32%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>0,11</b>	<b>13,99%</b>	<b>3,35</b>	
Gastos e perdas financeiros	-1.058.313	-1.113.342	-55.029	4,93%
Rendimentos e ganhos financeiros	0			
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-1.058.313</b>	<b>-1.113.342</b>	<b>-55.029</b>	<b>4,93%</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>883.276</b>	<b>1.245.959</b>	<b>362.683</b>	<b>28,00%</b>
Imposto sobre o rendimento	-198.737	-122.576	76.161	-24,00%
Impostos sobre Lucros	-198.737	-122.576	76.161	-25,32%
Impostos Diferidos	0		0	0,00%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>684.539</b>	<b>1.123.383</b>	<b>438.844</b>	<b>44,87%</b>
<b>Margem Líquida</b>	<b>3,7%</b>	<b>6,05%</b>	<b>2,30 p.p.</b>	

**Artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto**

Nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução quando não cumpram com os seguintes requisitos:

a) Nos últimos três anos as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios

	Vendas e prestações de serviços	Gastos incorridos	Gastos totais	% Vendas e prestações de serviços nos Gastos totais incorridos
2015	16.869.634	17.355.599		97,20%
2014	16.341.807	17.230.494		94,84%
2013	15.726.854	16.902.924		93,04%
<b>Requisito cumprido</b>				

b) Nos últimos três anos o peso contributivo dos subsídios à exploração é inferior a 50 % das suas receitas

	Prestação de serviços e outros rendimentos	Subsídios à exploração	% Subsídios na totalidade de Prestação de serviços e outros rendimentos	
2015	18.574.573	0	0	0,00%
2014	18.285.023	0	0	0,00%
2013	17.477.462	0	0	0,00%
<b>Requisito cumprido</b>				

c) Nos últimos três anos o EBITDA é positivo

	Resultado operacional	Amortizações e depreciações	EBITDA
2015	2.359.301	3.330.024	5.689.325
2014	2.194.857	3.189.717	5.384.574
2013	1.757.423	3.102.340	4.859.763
<b>Requisito cumprido</b>			

d) Nos últimos três anos o resultado líquido é positivo

	Resultado líquido
2015	1.123.383
2014	755.495
2013	406.861
<b>Requisito cumprido</b>	



## Gestão dos riscos financeiros

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a Vimágua é diverso e envolve risco de taxas de juro, de crédito e de liquidez.

### - Risco de mercado

Reveste-se de particular importância, no âmbito da gestão de risco de mercado, o risco de taxa de juro. O risco da taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento da Vimágua indexado a taxas variáveis, que pode expor o custo da dívida a um risco de volatilidade.

A adequada gestão de risco de taxa de juro leva a que a Vimágua tente otimizar o balanceamento entre o custo da dívida e a exposição à variabilidade das taxas, através da sua fixação em empréstimos de longo prazo.

### - Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas ou adversidades que afetem a economia a uma escala local ou nacional podem originar a incapacidade dos clientes da Vimágua para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas, estimadas pela Vimágua, estando portanto ao justo valor.

### - Risco de liquidez

O objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a Vimágua tem capacidade para liquidar ou cumprir as suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas, cumprindo todos os compromissos com terceiros no prazo estipulado.

A Vimágua define como política ativa: manter um nível suficiente de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face aos pagamentos necessários no seu vencimento e minimizar o custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo. Procura, ainda, compatibilizar os prazos de vencimentos de ativos e passivos, através de uma gestão agilizada das suas maturidades.

## Perspetivas Futuras

Os principais objetivos de gestão para 2016 constam do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional de 2016, aprovado em 23 de outubro de 2015.

Assim, prosseguir-se-á em 2016 com a realização de investimento em expansão de redes de água e saneamento, correspondendo à pretensão das Juntas de Freguesia e de municípios dos concelhos de Guimarães e Vizela.

Iremos dar particular atenção à redução das afluências indevidas, reforçando as ações de fiscalização e promovendo a realização de empreitadas que visam a eliminação dos pontos de contacto entre as redes públicas de drenagem (de saneamento e de águas pluviais) e a duplicação de caixas de visita em substituição das caixas unitárias ainda existentes nas redes mais antigas.

Com estas ações conseguiremos obter ganhos de eficiência, através da redução de custos energéticos e de tratamento de águas residuais, e ganhos ambientais, através da melhoria da qualidade das massas de água e do meio ambiente em geral.

Promover-se-á a substituição de contadores mais antigos, tendo por base as necessidades identificadas no plano geral de manutenção dos componentes do sistema público de abastecimento de água e visando uma maior precisão na medição da água consumida.

Paralelamente, densificaremos o sistema de telegestão, para reforço do controlo e monitorização contínuos dos caudais de água captados e distribuídos, dos valores de pressão, dos níveis da água nos reservatórios e do estado dos equipamentos em geral.

O objetivo em ambas as ações é, uma vez mais, obter ganhos de eficiência com a diminuição de água não faturada.

A adesão ao serviço é um outro fator importante na sustentabilidade dos sistemas e na salvaguarda da saúde pública e o meio ambiente. A Vimágua prosseguirá com campanhas de esclarecimento da população quer no que concerne às vantagens na ligação aos sistemas públicos quer quanto à obrigatoriedade legal em realizar a ligação aos sistemas.

Neste contexto, salientamos a criação da “Oficinas da Água”, na ETA de Sta. Eufémia de Prazins, onde se desenvolverão atividades de análise laboratorial, realizar-se-ão experiências, estreitando a relação com as escolas e com a comunidade.

Também a criação de uma nova garrafa reutilizável para consumo de água da rede pública, vocacionada, em especial, para o público infante-juvenil e que acompanhará as crianças no seu dia-a-dia, despertará a consciência da população, favorecendo o consumo de água da rede pública. Se as crianças consomem os adultos também o farão.

Seguindo uma estratégia de maior aproximação com as pessoas, a Vimágua promoverá, ainda, a criação de um circuito pedestre, para dar a conhecer à população em geral o sistema centenário das Minas da Penha.

Quanto mais as pessoas conhecerem maior será a confiança que terão nos sistemas, essa é a nossa convicção.

Em termos financeiros, há a destacar a revisão das condições de financiamento que foram negociadas, ainda em 2015, e que representa uma significativa redução no serviço da dívida superior a 1,2M€ .

Por último, importa referir que poderá vir a ser equacionada a revisão ao plano Plurianual de Investimentos aprovado, na sequência da revisão das condições do financiamento e do recebimento de participações comunitárias, quer da candidatura aprovada em regime de *overbooking* do POVT quer do PO SEUR em curso.

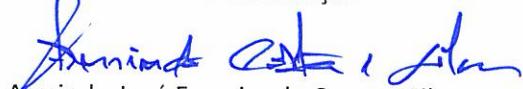



## Proposta de Aplicação de Resultados

---

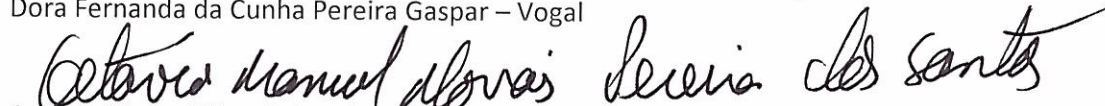
Nos termos do disposto na alínea f), do número 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2015, no montante de 1.123.383Euros (um milhão cento e vinte e três mil trezentos e oitenta e três euros), seja transferido para a conta de Resultados Transitados da empresa, para cobertura de prejuízos acumulados.

O Conselho de Administração

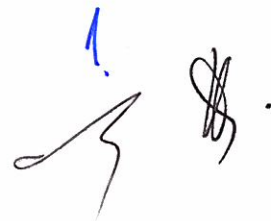
  
Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente



Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar – Vogal

  
Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos – Vogal





## Considerações Finais

---

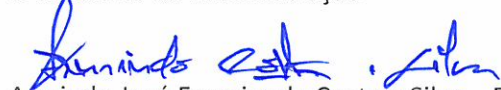
O resultado do exercício relativo ao ano de 2015 é claramente positivo, os resultados e principais indicadores económico-financeiros evidenciam a sustentabilidade da empresa, no respeito pela Lei, pelos seus acionistas, pelos utilizadores do serviço, pelos fornecedores e demais prestadores de serviço.

O rigor, a exigência, a transparência, a ética e um forte sentido de serviço continuarão a prevalecer à atuação da Vimágua, tendo no centro das suas preocupações os utilizadores dos sistemas públicos de abastecimento de água e drenagem de águas residuais.

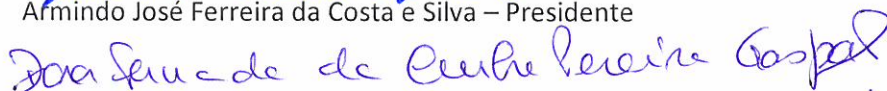
Aos Municípios de Guimarães e Vizela, à Agência Portuguesa do Ambiente I.P. – ARH-Norte, à CCDR-n, à ERSAR, ao Aces do Ave, aos nossos utilizadores e a todos quantos conosco colaboram, deixamos o nosso profundo agradecimento, sendo o seu contributo de inestimável importância para o bom desempenho da Vimágua.

Importa, ainda, registar um especial apreço em relação aos trabalhadores da Vimágua pela dedicação, competência e profissionalismo, no exercício das suas funções, em prol de um serviço público essencial.

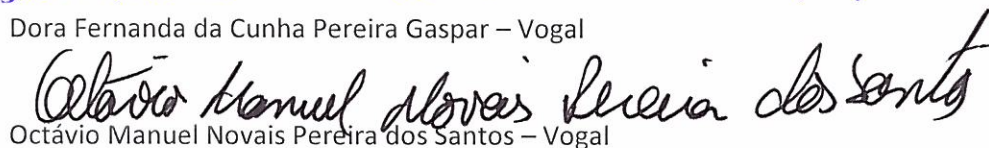
O Conselho de Administração



Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente



Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar – Vogal



Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos – Vogal




## Demonstrações financeiras

---

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2015.

O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- 
- Balanço;
  - Demonstração dos Resultados por Naturezas;
  - Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
  - Demonstração de Fluxos de Caixa e respetivo anexo;
  - Anexo às Demonstrações Financeiras.

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2015	31-12-2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	45.319.665	46.851.302
Ativos intangíveis	8	83.054	83.933
Participações financeiras - outros métodos		656	159
Ativos por impostos diferidos		724.714	842.307
		<b>46.128.089</b>	<b>47.777.702</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	696.534	632.178
Clientes	11	1.713.620	2.264.783
Adiantamentos a fornecedores		21.869	36.398
Estado e outros entes públicos	12	662.061	362.936
Outras contas a receber	13	1.341.081	1.525.699
Diferimentos		77.618	72.805
Caixa e depósitos bancários	4	6.717.918	6.016.251
		<b>11.230.701</b>	<b>10.911.051</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>57.358.790</b>	<b>58.688.753</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado		500.000	500.000
Outros instrumentos de capital próprio		12.240.000	12.240.000
Resultados transitados	19.2	-4.185.362	-5.345.901
Outras variações no capital próprio		9.891.750	10.631.040
		<b>1.123.383</b>	<b>755.495</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>19.569.771</b>	<b>18.780.633</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos	14	13.978.529	15.166.695
Outros passivos financeiros	15	3.110.132	3.632.770
Fornecedores	16	588.678	182.788
Ajustamento em subsídio	17	2.642.167	3.075.896
		<b>20.319.506</b>	<b>22.058.150</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	2.936.221	4.304.357
estado e outros entes públicos	12	217.641	359.587
Financiamentos obtidos	14	1.154.873	1.132.209
Outras contas a pagar	17	6.094.412	4.985.084
Diferimentos	18	7.066.366	7.068.733
		<b>17.469.513</b>	<b>17.849.971</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>37.789.019</b>	<b>39.908.120</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>57.358.790</b>	<b>58.688.753</b>

*Luís Carlos Costa*  
*Carolina Santos*  
*Dora Gaspar*

*Ernesto*

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	22	16.869.634	16.341.807
Trabalhos para a própria entidade			640
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-39.266	-41.489
Fornecimentos e serviços externos	23	-9.880.211	-10.061.089
Gastos com o pessoal	24	-2.536.740	-2.566.924
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	-255.139	-66.580
Provisões (aumentos/reduções)			94.489
Outros rendimentos e ganhos	25	1.704.939	1.848.087
Outros gastos e perdas	26	-173.890	-164.368
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>5.689.325</b>	<b>5.384.573</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-3.330.024	-3.189.717
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2.359.301</b>	<b>2.194.857</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	14 e 15	-1.113.342	-1.140.328
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1.245.959</b>	<b>1.054.529</b>
Imposto sobre o rendimento do período	21	-122.576	-299.034
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.123.383</b>	<b>755.495</b>
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado por ação básico		2,25	1,51

*Domínio Est e An*  
*Octavio Santo*  
*Dora Gaspar*

*Erzsabets*



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio							
		Capital realizado	Ações (partes próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio			Resultado líquido do período	Total					
1	ALTERAÇÕES NO PERÍODO	500.000,00		12.240.000,00																
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico																			
	Alterações de políticas contabilísticas																			
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																			
	Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis																			
	Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																			
	Ajustamentos por impostos diferidos																			
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio																			
2	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.160.539,23	405.044,37	755.494,86	0,00	0,00	0,00	-739.289,11	-755.494,86	621.909,25	-956.153,99	-334.244,74	1.123.383,07	
3	RESULTADO INTEGRAL																			
4=2+3	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																			
	Realizações de capital																			0,00
	Realizações de prémios de emissão																			0,00
	Distribuições																			0,00
	Entradas para cobertura de perdas																			0,00
	Outras operações																			0,00
5	POSICÃO INÍCIO DO PERÍODO N-1	500.000,00	0,00	12.240.000,00	0,00	0,00	0,00	-4.185.562,22	-5.345.501,45					10.631.039,59	755.494,86	18.730.633,00			18.730.633,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.891.750,48							0,00	0,00			19.569.771,33	
		500.000,00	0,00	12.240.000,00	0,00	0,00	0,00	-4.185.562,22	-5.345.501,45					10.631.039,59	755.494,86	18.730.633,00			18.730.633,00	

*Handwritten signature: Almeida*

*Handwritten signature: Da Silva*

*Handwritten signature: Carlos Silva*

*Handwritten signature: E. V. S. Silva*

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio					
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total				
1	500.000,00	0,00	12.240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.780.633,00	0,00	18.780.633,00	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																			
Primária adopção de novo referencial contabilístico																			
Alterações de políticas contabilísticas																			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																			
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis																			
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																			
Ajustamentos por impostos diferidos																			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																			
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																			
3																			
4-2+3																			
RESULTADO INTEGRAL																			
4																			
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																			
Realizações de capital																			
Realizações de prémios de emissão																			
Distribuições																			
Entradas para cobertura de perdas																			
Outras operações																			
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6-1+2+3+4+5																			
500.000,00																			
6-1+2+3+4+5																			
500.000,00																			

*Finanças*  
*John Burges*  
*John Burges*

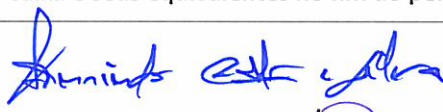
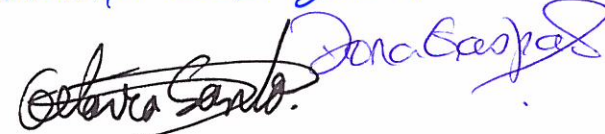
*Evesford*

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		17.792.038	16.526.296
Pagamentos a fornecedores		-10.815.607	-8.459.388
Pagamentos ao pessoal		-2.539.510	-2.551.352
Caixa gerada pelas operações		4.436.921	5.515.555
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		-224.508	-522
Outros recebimentos/pagamentos		86.636	410.244
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4.299.050	5.925.277
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-1.371.965	-1.254.218
Ativos intangíveis		-5.460	-7.090
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Subsídios de investimento			
Juros e proveitos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.377.425	-1.261.308
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-1.165.502	-1.114.635
Juros e gastos similares		-1.054.455	-1.153.490
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxo das atividades de financiamento (3)		-2.219.957	-2.268.125
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>			
		701.668	2.395.844
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.016.251	3.620.406
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6.717.918	6.016.251



1.

## ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	UNIDADE MONETÁRIA: EURO	
	PERÍODOS	
	2015	2014
Numerário	20.954	24.353
Depósitos bancários	6.696.964	5.991.898
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	6.717.918	6.016.251
Outras disponibilidades:		
Dívidas a instituições de crédito		
<b>Disponibilidades constantes do Balanço</b>	<b>6.717.918</b>	<b>6.016.251</b>

1

*Armando Est. Silva*  
*Jana Gaspar*

*Ex. 2. 2015*

*Cláudia Santo*



# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

**Designação:** VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

**Sede Social:** Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único -505993082

**Natureza da atividade:** A Vimágua tem a seu cargo a gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 36001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

Com a publicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais pelo qual, num prazo de 6 meses, é imposta a adequação dos Estatutos do setor empresarial local ao novo regime legal. Neste sentido, foram publicados em 28 de Fevereiro de 2013 os novos Estatutos da Vimágua.

**Capital Social:** 500.000 euros dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

### 2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

A apresentação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações efetuadas por força das NCRF aplicáveis às

respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adoção dos modelos de demonstrações financeiras aprovados no âmbito do SNC.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

## **2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS**

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

## **2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR**

As demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis com as apresentadas para o período anterior

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:**

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### **3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:**

#### **(a) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas

diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10; 12; 20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de conservação e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou do abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e são registados na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

#### **(b) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são reconhecidos sempre que sejam identificáveis, seja possível exercer o controlo sobre os mesmos, permitam que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa, e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.



As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Programas de Computador	3

O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

#### (c) Inventários

O custo das matérias-primas e subsidiárias é valorizado com base no custo médio de aquisição, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

São registadas perdas de imparidade aos inventários nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

#### (d) Imparidade de Ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis”.

#### (e) Custo dos financiamentos obtidos

Todos os custos de financiamentos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

#### (f) Instrumentos Financeiros:

##### - Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.



#### - Clientes e outras contas a receber

Estas rubricas estão reconhecidas e divulgadas no balanço com base na quantia de réditos historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de réditos de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas em resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

#### - Provisões

A Vimágua analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### - Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal custo, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de a Empresa ter ou não ter o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração do financiamento.

#### - Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração da dívida.

### - Instrumentos Financeiros Derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Vimágua. Os instrumentos financeiros derivados utilizados respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. Os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”. Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

#### (g) Reconhecimento do Rédito:

O rédito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- a) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) a quantia do rédito pode ser fíavelmente mensurada;
- d) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- e) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fíavelmente mensurados.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos líquidos de impostos e descontos, pelo valor a receber.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros. Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

#### (h) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição irá cumprir com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do período numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados.

#### **(i) Impostos sobre o rendimento**

O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Quando aplicável adotou-se a NCRF 25.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui igualmente gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento verifica-se unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

### **3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:**

#### **(a) Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



**(b) Regime da periodização económica (acréscimo)**

A Vimágua reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

**(c) Materialidade e agregação**

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Vimágua não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

**(d) Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

**(e) Classificação dos ativos e passivos não correntes**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, dada a sua natureza, as rubricas de ‘Impostos diferidos’ e de ‘Provisões’ são classificadas como não correntes.

**(f) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

**(g) Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento**

Nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da Vimágua, é anualmente calculada a Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que são proprietários os Municípios de Guimarães e Vizela, e utilizados na atividade da Vimágua.

A contrapartida é calculada segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos: que deu origem a contrapartida.



Cálculo da Contrapartida devida aos Municípios		
Resultados antes de Impostos e sem Contrapartida		3.664.586.00
Proporção calculada aquando da aprovação do Plano de Investimentos quinquenal em vigor		66%
Contrapartida devida ao Município de Guimarães	90%	2.176.764.09
- Valor c/ IVA		2.677.419.82
Contrapartida devida ao Município de Vizela	10%	241.862.68
- Valor c/ IVA		297.491.09
<b>Contrapartida Municípios Guimarães e Vizela</b>		<b>2.418.626.76</b>
<b>- Valor c/ IVA</b>		<b>2.974.910.91</b>

No cálculo do valor a pagar aos Municípios foi utilizada a proporção de 66%, calculada nos termos do Anexo III do Contrato de Gestão:

Cálculo da Proporção	
DA <sub>m</sub> – Extensão em metros lineares da rede de distribuição de água, da titularidade dos Municípios	792.000
DA <sub>v</sub> – Extensão em metros lineares da rede de distribuição de água, da titularidade da Vimágua	326.000
AR <sub>m</sub> – Extensão em metros lineares da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade dos Municípios	500.000
AR <sub>v</sub> – Extensão em metros lineares da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade da Vimágua	420.000
R <sub>m</sub> – Capacidade em metros cúbicos dos reservatórios, da titularidade dos Municípios	36.155
R <sub>v</sub> – Capacidade em metros cúbicos dos reservatórios, da titularidade da Vimágua	156.000
EE <sub>m</sub> – Capacidade em metros cúbicos por segundo das estações elevatórias, da titularidade dos Municípios	230
EE <sub>v</sub> – Capacidade em metros cúbicos por segundo das estações elevatórias, da titularidade da Vimágua	750
P <sub>DA+AR</sub> – Proporção relativa à extensão das redes dos Sistemas	
P <sub>R+EE</sub> – Proporção relativa à capacidade dos reservatórios e estações elevatórias dos Sistemas	
$(DA_m + AR_m) / (DA_m + DA_v + AR_m + AR_v) = P_{(DA+AR)} = (792 + 500) / (792 + 326 + 500 + 420)$	63%
$(R_m + EE_m) / (R_m + R_v + EE_m + EE_v) = P_{(R+EE)} = (36155 + 230) / (36155 + 156000 + 230 + 750)$	69%
$(50\% \times P_{(DA+AR)} + 50\% \times P_{(R+EE)}) = P$	66%

### 3.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

### 3.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal.

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

### 3.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS:

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem:

a) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas com base no custo de aquisição e é utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

b) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

c) Reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas com base na antiguidade dos saldos das contas de terceiros e tendo por base o critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

#### 4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e todas as quantias dos saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
11	Caixa	20.954	24.353
121	Depósitos à ordem C.G.D	20.736	95.581
122	Depósitos à ordem BPI	18.350	24.390
123	Depósitos à ordem C.G.D2040035720130	26.613	26.613
124001	BPI/002 Conta Receitas	4.530.112	3.746.319
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da dívida	1.172.278	1.170.118
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	886.258	886.259
131	Depósitos a Prazo – BPI	42.617	42.617
		<b>6.717.918</b>	<b>6.016.250</b>

#### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se registaram alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou em períodos futuros, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.



**6. PARTES RELACIONADAS**

Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que seriam praticados com entidades independentes.

**6.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS:**

Integrando o círculo de ligações especiais definidas na NCRF 13 encontram-se as entidades detentoras do capital da Vimágua:

O capital é detido em 90 % pela Câmara Municipal de Guimarães, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505948605 e em 10% pela Câmara Municipal de Vizela, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505985217.

**6.2. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:**

As transações entre a Vimágua e as Câmaras Municipais traduzem-se nos seguintes:

- faturação da Vimágua proveniente dos Serviços prestados de água/saneamento;
- faturação das Câmaras à Vimágua proveniente das contrapartidas, conforme o definido no Contrato de Gestão;
- entrega às Câmaras do valor das tarifas de lixo faturadas aos clientes por parte da Vimágua por conta das Câmaras.

Transações efetuadas durante o ano de 2015 e saldos pendentes com as entidades relacionadas:

Transações com partes relacionadas	Compras/FSE	Vendas e Prestação de Serviços	Saldos Comerciais Dividas a receber	Saldos Comerciais Dividas a Pagar
CMG	2.266.301	620.850	61.655	2.427.867
CMV		264.622	227.145	269.763

No âmbito da delegação de competências das Câmaras relativamente à faturação de tarifas de lixo aos clientes, verificou-se, no decorrer do semestre de 2015, a transferência do valor faturado pela Vimágua a título de tarifa de lixo:

- Câmara de Guimarães, o montante de 860.436,88€;
- Câmara de Vizela, o montante de 249.040,37 €.



## 7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte
Quantia Bruta escriturada inicial	518.114,85	596.613,17	70.729.516,70	403.607,18
Depreciações Acumuladas Iniciais	0,00	320.546,07	25.557.409,55	385.295,65
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Quantia líquida escriturada Inicial</b>	<b>518.114,85</b>	<b>276.067,10</b>	<b>45.172.107,15</b>	<b>18.311,53</b>
<b>Movimentos do período</b>	<b>23.213,68</b>	<b>-24.618,08</b>	<b>-1.814.776,35</b>	<b>1.431,22</b>
<b>Adições</b>	<b>23.213,68</b>	<b>7.420,00</b>	<b>1.420.875,45</b>	<b>19.621,14</b>
Aquisições 1ª mão	23.213,68	7.420,00	787.910,39	19.621,14
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00		0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	632.965,06	0,00
<b>Diminuições</b>	<b>0,00</b>	<b>32.038,08</b>	<b>3.235.651,80</b>	<b>18.189,92</b>
Depreciações	0,00	32.038,08	3.235.651,80	18.189,92
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências AFT em Curso				
Quantia líquida escriturada final	541.328,53	251.449,02	43.357.330,80	19.742,75
<b>Eq. Administrativo</b>	<b>Outros</b>	<b>AFT Curso</b>	<b>Total</b>	
720.195,95	82.122,97	748.774,19	73.798.945,01	
620.905,58	63.486,11		26.947.642,96	
0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>99.290,37</b>	<b>18.636,86</b>	<b>748.774,19</b>	<b>46.851.302,05</b>	
<b>-19.425,06</b>	<b>8.639,68</b>	<b>293.898,10</b>	<b>-1.531.636,81</b>	
			0,00	
<b>14.433,75</b>	<b>12.586,42</b>	302.189,10	<b>1.800.339,54</b>	
14.433,75	12.586,42	935.154,16	1.800.339,54	
0,00	0,00		0,00	
0,00	0,00	-632.965,06	0,00	
<b>33.858,81</b>	<b>3.946,74</b>	<b>8.291,00</b>	<b>3.331.976,35</b>	
33.858,81	3.946,74		3.323.685,35	
0,00	0,00		0,00	
0,00	0,00		0,00	
		8.291,00	8.291,00	
			0,00	
79.865,31	27.276,54	1.042.672,29	45.319.665,24	

Durante o exercício de 2015, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- Na rubrica de "Terrenos e Recursos Naturais", o aumento deve-se ao facto de aquisição de um terreno em Abação e Gonça
- Na rubrica de "Equipamento básico" e de acordo com o plano plurianual de investimentos a Vimágua deu prioridade ao investimento nas seguintes infraestruturas:
  - Remodelação e ampliação do sistema de captação e tratamento de Sta. Eufémia de Prazins – pré filtros para o sistema de ultrafiltração;
  - Remodelação e Ampliação do sistema de captação e tratamento de Sta. Eufémia de Prazins – reabilitação dos sistemas de captação;
  - Trabalhos no sistema de captação e tratamento de Sta. Eufémia de Prazins - Guimarães - Grupo 1;
  - Trabalhos no sistema de captação e tratamento de Sta. Eufémia de Prazins - Guimarães - Grupo 2;
  - Extensão de redes nas freguesias;
  - Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento;
  - Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento.

Na rubrica de "Equipamento transporte", o aumento decorreu da aquisição de uma viatura TOYOTA DYNA.

Dos Ativos fixos tangíveis em curso destacamos as seguintes obras:

- CP 05-2015 - Extensões de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais na zona 1 (2ª Fase)- Fermentões e sistema elevatório do bairro de S. José Freguesia de Ponte;
- CP 10-2015 – Extensão de Redes de Drenagem de águas Residuais e Reforço de Abastecimento de água à Ruela Ponte Lavandeira, Freguesia Santa Eulalia- Vizela – 1ª fase.
- CP 13/2014 – Quadros elétricos para alimentação e comando das bombas de captação e elevação de água, automação e sistema de telegestão na central de captação e as estações de elevação de água, de Prazins Santa Eufémia.
- CP 01/2015- Execução da reabilitação / impermeabilização de Reservatórios de água potável – Reservatório da Pegada – Azurém – Guimarães
- CP 06/2015-Substituição de rede de abastecimento de água n rua Laurinda Ferreira DE Magalhães e Rua Comandante José Luís de Almeida ( 2ª fase), freguesia de Moreira de Cónegos ( Guimarães) e União das Freguesias de Caldas S. Miguel e Calda S. João (Vizela).

## 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações foi o seguinte:

	<b>Programas de Computador</b>	<b>Intangíveis em Curso</b>	<b>Total</b>
<b>Quantia Escriturada Bruta Inicial</b>	102.431,49	74.380,00	176.811,49
Amortizações Acumuladas	92.878,29	0	92.878,29
<b>Quantia Escriturada Líquida Inicial</b>	9.553,20	74.380,00	83.933,20
Adições	5.459,80	0,00	5.459,80
Amortizações ano	6.338,51	0	6.338,51
<b>Total das Diminuições</b>	6.338,51	0	6.338,51
<b>Quantia Escriturada Líquida Final</b>	8.674,49	74.380,00	83.054,49

O Ativo intangível que se encontra em curso refere-se à aquisição e implementação do *software* NAVIA™. Este *software* é uma ferramenta de gestão especializada para o setor das águas, concebida para suportar o dia-a-dia da gestão operacional. Uma empresa que implemente o NAVIA™ poderá garantir, não só a gestão dos processos operacionais, como também responder aos requisitos dos sistemas normativos de gestão, de uma forma eficiente e sem sobrecarga de trabalho.

## 9. INVENTÁRIOS

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente. A decomposição desta rubrica é a seguinte para cada um dos períodos em análise:

<b>Descrição</b>	<b>31 de Dezembro 2015</b>	<b>31 de Dezembro 2014</b>
Materiais	696.534	632.178
<b>TOTAL</b>	<b>696.534</b>	<b>632.178</b>

É esperado que os inventários sejam utilizados nas prestações de serviços até 12 meses após a data das demonstrações financeiras, pelo que não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.

O custo das matérias consumidas reconhecido no final de cada um dos períodos foi seguinte:

Descrição	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
Existências iniciais	632.178	614.821
Compras	459.595	343.694
Regularização existências	(355.973)	(284.848)
Existências finais	696.534	632.178
<b>Total</b>	<b>39.266</b>	<b>41.489</b>

As regularizações de existências dizem respeito a saídas de armazém para a conservação de rede, e para colocação de contadores.

## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:



Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de Dezembro de 2015			31 de Dezembro de 2014		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	6.717.918		<b>6717.918</b>	<b>6.016.251</b>		<b>6.016.251</b>
Estado e Outros Entes Públicos	662.060		662.060	362.936		362.936
Dívidas de Clientes	3.500.590	1.786.970	1.713.620	3.796.614	1.531.831	2.264.783
Outras contas a receber	1.341.081		1.341.081	1.525.699		1.525.699
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	21.869		21.869	36.398		36.398
<b>Ativos financeiros Totais</b>	12.243.518		<b>12.243.518</b>	11.737.895		11.737.895
Dívidas a Fornecedores corrente	2.936.220		2.936.220	4.304.339		4.304.339
Dívidas a Fornecedores não corrente	588.678		588.678	182.806		182.806
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	217.641		217.641	359.587		359.587
Outras contas a pagar corrente	6.094.412		6.094.412	4.985.084		4.985.084
Outras contas a pagar não corrente	2.642.166		2.642.166	3.075.896		3.075.896
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor nominal Subtotais</b>	12.479.117		<b>12.479.117</b>	<b>12.906.787</b>		<b>12.906.787</b>
Financiamentos obtidos Corrente	1.154.872		1.154.872	1.132.209		1.132.209
Financiamentos obtidos não Corrente	13.978.529		13.978.529	15.166.696		15.166.696
<b>Financiamentos obtidos Subtotais</b>	15133.401		<b>15.133.401</b>	16.298.905		16.298.905
<b>Passivos financeiros Totais</b>	<b>27.612.518</b>		<b>27.612.518</b>	<b>29.205.692</b>		<b>29.205.692</b>

## 11. CLIENTES

A 31 de Dezembro 2015 e a 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
Cientes Conta Corrente	1.713.620	2.195.022
Cientes Cobrança Duvidosa	1.786.970	1.601.592
<b>Imparidade de clientes</b>	<b>1.786.970</b>	<b>1.531.831</b>
<b>Total</b>	<b>1.713.620</b>	<b>2.264.783</b>

Nos períodos em análise foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

Descrição	Saldo inicial	Reconhecidos no período	Revertidos no período	Abate direto de dívida incobrável	Saldo final
Imparidades de dívidas a receber – 31 de Dezembro 2015	1.531.831	255.139			1.786.970
Imparidades de dívidas a receber – 31 de Dezembro 2014	1.465.251	66.580			1.531.831

O reconhecimento das perdas de imparidade decorreu de atrasos no pagamento, pese embora todos os esforços realizados no sentido de se obter a boa cobrança dos valores em dívida.

As imparidades reconhecidas foram calculadas com base no critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

## 12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2015 saldo devedor	31 de Dezembro 2015 saldo credor	31 de Dezembro 2014 saldo devedor	31 de Dezembro 2014 saldo credor
Imposto sobre rendimento	135.247			147.664
Imposto sobre acrescentado	412.403		262.321	
Retenção na Fonte		22.506		21.440
Contribuições seg social/cga		50.845		49.357
Outras contribuições	114.411	144.291	100.615	141.126
<b>TOTAL</b>	<b>662.061</b>	<b>217.642</b>	<b>362.936</b>	<b>359.587</b>

Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Acresce ainda referir que as outras contribuições correspondem à taxa de recursos hídricos faturadas aos clientes e a entregar quer às Aguas de Noroeste quer à Agencia Portuguesa do Ambiente (ARH NORTE).

### 13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A 31 de Dezembro de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de “Outras Contas a Receber” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
2721	Devedores por acréscimo de rendimento	2.856	495
278101	Entidades financiadoras de Subsídios	18.625	18.625
278102	Devedores - Comp. de ramais	780.363	816.260
278103	Devedores – Acordos	502.828	515.496
278105	Devedores Coimas a cobrar	26.421	26.420
278106	Devedores estragos causados	726	726
278109	Outros Devedores	6.226	143.831
278	Outros	3.036	3.846
<b>Total</b>		<b>1.341.081</b>	<b>1.525.699</b>

### 14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E JUROS SUPORTADOS

A 31 de Dezembro de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte composição:



Descrição	31 de Dezembro de 2015		31 de Dezembro 2014	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	13.978.530	1.154.873	15.166.695	1.132.209
<b>TOTAL</b>	<b>13.978.530</b>	<b>1.154.530</b>	<b>15.166.695</b>	<b>1.132.209</b>

O valor referente ao empréstimo bancário diz respeito a um contrato de financiamento celebrado em 8 de Junho de 2009, no montante de 25.200.000 euros, cujo vencimento seria Março de 2029.

Decorrente deste contrato de financiamento foi constituída, na mesma data, uma hipoteca voluntária de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimágua, pelo montante de 252.415 euros.

Em 2012 foram celebrados dois aditamentos ao contrato de financiamento. O primeiro, celebrado a 12 de Setembro, teve como objetivo o cancelamento de garantias prestadas pelos Municípios, designadamente o penhor financeiro das ações. O segundo aditamento, celebrado a 12 de Dezembro, teve como objetivo antecipar o pagamento dos valores de contrapartida devidos aos Municípios de Guimarães e Vizela, compensado pela antecipação do final do período de carência de capital para 2013 e garantindo, conforme última revisão do modelo económico-financeiro, o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e os pagamentos aos bancos. Decorrente deste segundo aditamento a data de reembolso ou vencimento do empréstimo passou para 15 de Setembro de 2026.

O valor dos juros suportados nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
Juros Suportados	1.044.894	1.071.800
Outros gastos financiamento	68.448	68.528
<b>TOTAL</b>	<b>1.113.342</b>	<b>1.140.328</b>

#### 15. Derivados de Cobertura – taxa de Juro

Descrição	31 de Dezembro 2015		31 de Dezembro 2014	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Derivados de Cobertura – Taxa Juro	3.110.132		3.632.770	
<b>TOTAL</b>	<b>3.110.132</b>		<b>3.632.770</b>	



Relativamente à rubrica de derivados de cobertura, a mesma diz respeito a um contrato de *Swaps* sobre a taxa de juro, celebrado com BPI e CGD em Agosto de 2009.

## 16. FORNECEDORES

A 31 de Dezembro de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2015		31 de Dezembro 2014	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores	588.678	2.936.221	182.788	4.304.357
<b>TOTAL</b>	<b>588.678</b>	<b>2.936.221</b>	<b>182.788</b>	<b>4.304.357</b>

Dos montantes acima identificados o montante relativo à dívida não corrente refere-se a uma parte do valor a pagar às contrapartidas devidas à Câmara de Guimarães e Câmara de Vizela, conforme descrito no ponto 3.2.

## 17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A 31 de Dezembro de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de “Outras Contas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
231	Remunerações a pagar	124	22
271	Fornecedores de investimentos	511.853	83.479
272	Devedores e Credores por acréscimos	3.463.377	2.726.074
278104	Devedores - Depósito de Caução	20.175	16.006
2782	Credores Diversos	2.098.883	2.159.503
<b>Total Corrente</b>		<b>6.094.412</b>	<b>4.985.084</b>
2788	Ajustamentos em subsídios	2.642.167	3.075.896
<b>Total Não Corrente</b>		<b>2.642.167</b>	<b>3.075.896</b>

A rubrica “Credores Diversos” é constituída essencialmente por Garantias de Empreitadas no valor de 589.261 € e Cauções de clientes no valor de 788.821 €.

## 18. DIFERIMENTOS

A 31 de Dezembro de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Diferimentos	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais	7.066.365	7.068.733
<b>total</b>	<b>7.066.365</b>	<b>7.068.733</b>

A Rubrica “Ramais” corresponde aos valores pagos pelos clientes relativos a Ramais de água e Saneamento executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a respetiva taxa de depreciação do ativo.

## 19. CAPITAL E RESERVAS

### 19.1 Capital social realizado

A 31 de Dezembro de 2015 o capital social da empresa, no valor de 500.000,00 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 ações valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 a estrutura acionista é a seguinte:

Entidades detentoras de capital	31 de Dezembro 2015		31 de Dezembro 2014	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Município de Guimarães	450.000	90%	450.000	90,00%
Município de Vizela	50.000	10%	50.000	10,00%
	500.000		500.000	

## 19.2 Resultados Transitados

A 31 de Dezembro de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro de 2014
Resultados transitados	1.786.295	2.541.790
Ajustamento de transição	13.648	13.648
Ajustamento de transição SNC-Reserva de Derivado	2.385.419	2.790.463
<b>TOTAL</b>	<b>4.185.362</b>	<b>5.345.901</b>

Devido aos prejuízos de anos anteriores, os resultados líquidos positivos dos últimos períodos têm de inicialmente cobrir os resultados transitados negativos anteriores pelo que, não se encontram constituídas quaisquer reservas.

## 19.3 Outras variações de capital próprio

A 31 de Dezembro 2015 a 31 de Dezembro de 2014 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
Subsídios - Comparticipação Entidades Financiadoras	12.706.806	13.670.650
Impostos Diferidos sub. investimento	-2.859.031	-3.075.896
Doações	43.975	36.286
<b>TOTAL</b>	<b>9.891.750</b>	<b>10.631.040</b>

A imputação a rendimentos dos subsídios em cada um dos períodos foi a seguinte:

Descrição	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
Subsídios – Empreitadas	963.844	1.010.629

A rubrica *Doações* refere-se a protocolos celebrados com juntas de freguesia relativos a extensões de ramais, nas quais a Vimágua utilizou meios próprios para as reparações e como tal, foram reconhecidos trabalhos para a própria empresa.

## 20. RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, e foi determinado conforme se segue:

Descrição	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
Resultado líquido do período	1.123.383	755.495
Número de ações em circulação	500.000	500.000
<b>Resultado por ação Básico</b>	<b>2.25</b>	<b>1.51</b>

## 21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 30 de Dezembro de 2015, foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
<b>Resultado contabilístico do período (antes de impostos)</b>	1.245.959	1.054.529
<b>Imposto esperado à taxa nominal</b>	260.631	258.145
<b>Tributação autónoma e derrama</b>	28.857	24.257
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	122.576	299.034
<b>Taxa efetiva</b>	<b>9,84%</b>	<b>28,36%</b>

## 22. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, tem a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
711	Mercadorias	2.403	14.325
712	Produtos acabados e intermédios	6.035.371	5.666.986
721	Serviços de exploração Sector Saneamento	7.587.905	7.489.814
722	Serviços de exploração Sector Água	3.072.172	3.006.513
723	Outros serviços	19.767	17.879
725	Serviços secundários	152.016	146.290
	<b>Total</b>	<b>16.869.634</b>	<b>16.341.807</b>

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional.



### 23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
621	Subcontratos	4.033.919	4.582.921
6221	Trabalhos Especializados	877.539	1.007.460
6226	Conservação e reparação	534.724	516.990
622	Outras rubricas de Serviços Especializados	112.951	105.340
623	Materiais	55.177	40.248
6241	Eletricidade	978.437	877.212
624	Outras rubricas de energia e fluidos	90.297	115.340
625	Deslocações estadas e transportes	2.112	6.017
6261	Rendas e alugueres-Contrapartidas	2.418.627	2.343.632
6262	Comunicação	364.982	353.607
626	Outras	411.446	112.322
	<b>Total</b>	<b>9.880.211</b>	<b>10.061.089</b>

### 24. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
631	Remunerações órgãos sociais	47.544	44.950
632	Remunerações do Pessoal	1.978.705	1.992.708
633	Benefícios pós Emprego	1.590	13.472
635	Encargos Sobre Remunerações	419.246	421.024
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	43.043	46.583
638	Outros gastos com o pessoal	46.612	48.187
	<b>Total</b>	<b>2.536.740</b>	<b>2.566.924</b>

Todas as remunerações aos órgãos sociais foram pagas em dinheiro, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos.

A Administração foi considerada, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Vimágua. Foram atribuídas à Administração, no decorrer período de 2015, remunerações relacionadas com o exercício das suas funções no montante de 47.543,72 euros.

A rubrica de benefícios pós emprego refere-se ao primeiro mês de aposentação do funcionário, enquanto a sua pensão não é paga pela Caixa Geral de Aposentações.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação profissional, vestuário, consultas e exames médicos.

O número médio de empregados ao longo dos períodos em análise e o número de empregados no final destes períodos foi de:

Descrição	31 de Dezembro 2015	31 Dezembro de 2014
Número médio de empregados	154	154
Número de empregados no final do período	154	154

## 25. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro 2014
788	Outros	1.704.939	1.848.087
	<b>Total</b>	<b>1.704.939</b>	<b>1.848.087</b>

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, inclui o montante de cerca de 963.844 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios para investimento e o montante de cerca de 470.220 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor faturado a título dos ramais de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens ativos fixos tangíveis subjacentes. A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a juros mora no montante de cerca de 35.901 euros.

## 26. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas”, nos períodos findos a 31 de Dezembro 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2015	31 de Dezembro 2014
681	Impostos	47.624	40.232
683	Dividas Incobráveis	30.358	77.489
688	Outros	95.908	46.647
<b>Total</b>		<b>173.890</b>	<b>164.368</b>

## 27. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Uma vez que os valores relacionados com matérias ambientais despendidos pela empresa, não são relevantes não foram efetuados quaisquer registos específicos.

Em termos de política ambiental, a Empresa pretende ter coberto e dominado todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos de melhoria continuada de desempenho ambiental em que se destaca:

- . Prevenção da poluição
- . Cumprimento da legislação
- . Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa
- . Formação e sensibilização dos trabalhadores
- . Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa


## 28. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

### 28.1 PROVISÕES


No ano de e 2015 a Vimágua não reconheceu provisões relativas a processos judiciais em curso, que de acordo com opinião de advogados da Empresa poderão não implicar pagamentos futuros.




## 28.2 PASSIVOS CONTINGENTES



A 31 de Dezembro de 2015, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.



Contudo, a Vimágua foi citada para ações com pedidos de indemnizações por danos relativamente aos quais correm ações em Tribunal.



Em todos os processos a Empresa entende que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias aos referidos processos, pelo que não se constitui qualquer provisão para o efeito.

## 28.3 GARANTIAS

Garantias a favor do Instituto de Estradas de Portugal, EPE, na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015003405793	50.000
9015003842793	250.000
51 Garantias a 5.000 euros cada	255.000
18 Garantias a 1.000 euros cada	18.000
2 Garantias a 1.040 euros cada	2.080
1 Garantia a 1.430 euros cada	1.430
2 Garantia a 1.170 euros cada	2.340
1 Garantia a 1.350 euros cada	1.350
1 Garantia a 2.340 euros cada	2.340
1 Garantia a 4.200 euros cada	4.200

Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:



Numero	Valor
9015007146793	1.000

Garantias a favor da APA (Associação Portuguesa do Ambiente), na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015007978693	25.000

## 29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 66º-A, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas nos Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer do período de 2015, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2015, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em Janeiro de 2016, nos prazos legais;
- d) Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de Dezembro de 2015 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores;
- e) Conforme o disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 66.º-A do CSC, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o ano e de 2015 e no mesmo período de 2015 foram de 10.000 Euro e dizem respeito exclusivamente à revisão legal das contas.

## 30. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período até à data.

31. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 10 de Março de 2016

Técnica Oficial de Contas:      Direção Administrativa e Financeira:      Conselho de Administração:

▪Eva Maria Ferreira Salgado      ▪Paula Alexandrina Coelho Fernandes      ▪Armindo José Ferreira da Costa e

*Eva Salgado*

*Paula*

Silva

*Armindo José Ferreira da Costa e Silva*

▪Dora Fernanda da Cunha Pereira

Gaspar

*Donatiana de Cunha Pereira Gaspar*

▪Octávio Manuel Novais Pereira

dos Santos

*Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de € 57 358 791 e um total de capital próprio de € 19 569 771, incluindo um resultado líquido de € 1 123 383), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o Anexo.

## RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

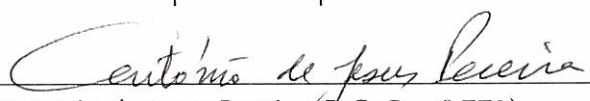
7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante no relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 11 de Março de 2016

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,  
representada por

  
(António de Jesus Pereira, R.O.C. n.º 773)



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à Vossa apreciação o relatório da nossa actividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas e relatório apresentados pelo Conselho de Administração da **VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.**, referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2015.

Ao longo deste período, acompanhámos a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato de sociedade. Foram-nos sempre pontualmente prestados, pelo Conselho de Administração e pelos Serviços, todos os esclarecimentos de que necessitámos para o adequado desempenho das nossas funções.

Das verificações efectuadas, podemos concluir que:

- 1) O Relatório de Gestão explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais durante o período e as perspectivas futuras.
- 2) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são adequados e encontram-se devidamente divulgados no Anexo.
- 3) O Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e de fluxos de caixa e o correspondente anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a correcta situação patrimonial da Empresa e os resultados das suas operações.

Nestes termos, tendo em consideração o referido anteriormente, somos de parecer que merecem ser aprovados pela Assembleia Geral:

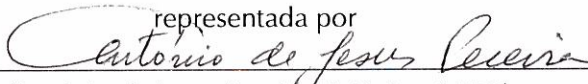
- a) O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras acima, referentes ao período de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

Porto, 11 de Março de 2016

O Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,

representada por



(António de Jesus Pereira, R.O.C. n.º 773)